

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**  
**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**  
**Período de Análise: 01/07/2013 a 31/07/2013**

Mídias analisadas:  
Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária:** Yohanan Barros

## **Índice**

<b>O fator verde que é capaz de mudar os hábitos de consumo.</b> Cláudio Mota – O Globo, Ciência. 02/07/2013.....	4
<b>Os extrativistas e a agroecologia.</b> Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 04/07/2013.....	5
<b>Projeto agroecológico sustentável volta à Agrifam</b> – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 05/07/2013 .....	6
<b>Em nome da sustentabilidade.</b> Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 09/07/2013.....	7
<b>Cai impacto ambiental da agricultura na OCDE.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 10/07/2013 .....	8
<b>Atraso na ratificação de protocolo global sobre biodiversidade pode prejudicar país.</b> Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Brasil. 12/07/2013.....	10
<b>Desmatamento cresceu 437% na Amazônia no mês de junho.</b> Cleide Carvalho – O Globo, País. 17/07/2013.....	12
<b>Projeto 'desmatamento líquido zero'.</b> Marcos Sawaya Jank – O Estado de São Paulo, Opinião. 17/07/2013 .....	12
<b>Aumenta a oferta global de algodão 'sustentável'.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 17/07/2013 .....	14
<b>União Europeia é responsável por 10% do desmatamento mundial por ano.</b> Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Vaivém. 20/07/2013 .....	16
<b>Unidos pela terra.</b> Amanda Moura – O Globo, Rio. 21/07/2013 .....	17
<b>Agricultura na Amazônia.</b> Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 22/07/2013.....	18
<b>Sumiço de borboletas na Europa indica queda de biodiversidade.</b> Clarissa Neher – Site da Carta Capital, Sustentabilidade. 23/07/2013.....	19
<b>Guardiães da agrobiodiversidade.</b> Mieceslau Kudlavicz – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/07/2013 .....	21
<b>Bertha Becker deixa legado sobre desenvolvimento da Amazônia ‘em pé’.</b> Manuela Andreoni – O Globo, Ciência. 23/07/2013 .....	22
<b>Cepal reduz projeção de crescimento para América Latina em 2013.</b> Martha Beck – O Globo, Economia. 24/07/2013 .....	24
<b>Estudo identifica barreira a avanço do programa ABC no Norte e no Nordeste.</b> Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 26/07/2013.....	25
<b>Projetos de mineração da Vale pressionam territórios quilombolas no Maranhão e Pará.</b> Rogério Almeida e Lilian Campelo – Site da Carta Maior, Meio Ambiente. 27/07/2013.....	26

<b>Novo Código Florestal beneficia o capitalismo selvagem.</b> Jornal da Ciência – Site do MST. 29/07/2013 .....	36
<b>"Miss Desmatamento" Kátia Abreu perde processo contra Greenpeace.</b> Racismo Ambiental – Site do MST. 29/07/2013 .....	38
<b>Sucesso sustentável no sertão ameniza o impacto da seca.</b> Letícia Lins – O Globo, Ciência. 30/07/2013 .....	38
<b>No nordeste, indústrias lucram com a seca e comunidades não tem água.</b> Coletivo Nigéria – Site do MST. 31/07/2013 .....	42

**O fator verde que é capaz de mudar os hábitos de consumo. Cláudio Mota – O Globo, Ciência. 02/07/2013**

*Pesquisa internacional mostra que 84% dos consumidores deixariam de comprar produtos que não respeitam práticas éticas e sustentáveis*

RIO - A consciência ambiental crescente é capaz de mudar hábitos de consumo, aponta pesquisa realizada pela organização sem fins lucrativos União para o BioComércio Ético (UEBT), que ouviu seis mil pessoas em seis países, inclusive o Brasil. Empresas que acabam sendo associadas a algum problema socioambiental, considerando toda a cadeia produtiva, correm sério risco de serem rejeitadas: 84% dos entrevistados deixariam de comprar produtos de uma marca se ela não respeitasse práticas éticas.

O resultado faz parte de um trabalho chamado “Barômetro da Biodiversidade 2013”, que procura mapear o comportamento de consumidores em relação a temas como sustentabilidade, biodiversidade e uso de ingredientes naturais em produtos. O detalhamento dos dados nacionais foi apresentado na semana passada, em São Paulo, pelos especialistas da UEBT, que repete anualmente a pesquisa desde 2009, num universo de 31 mil pessoas em 11 países.

Na última enquete, que além de no Brasil foi realizada na França, Alemanha, Reino Unido, EUA e China, 87% dos entrevistados gostariam de ter acesso a mais informações sobre as práticas relacionadas à biodiversidade das companhias. E 90% ouviram falar de espécies ameaçadas de extinção, comércio justo e preservação ambiental.

— O consumidor está interessado em questões socioambientais. Agora, avaliaremos como os empresários pretendem responder — afirma Cristiane de Moraes, representante da UEBT no Brasil. — Vamos fazer um novo trabalho, que deve levar mais um ano e meio, para identificar quais as expectativas das empresas que criam seus produtos a partir da biodiversidade.

A pesquisa mostra que as empresas de produtos de beleza estão dando atenção especial à biodiversidade em suas comunicações. Entre as 20 maiores do setor, 80% mencionaram biodiversidade em seus relatórios mais recentes. E todas elas citaram o desenvolvimento sustentável.

Os pesquisadores pediram, ainda, que as pessoas citassem três marcas que dão real importância à biodiversidade. A Natura foi mencionada por 49% dos entrevistados brasileiros. O resultado foi considerado expressivo, sobretudo quando comparado com as companhias mais bem avaliadas nos outros países pesquisados.

Neste ranking mundial, o segundo lugar — um empate entre Yves Rocher, da França, e The BodyShop, do Reino Unido — foi citado em 23% das respostas. Em comum, todas as três companhias são do ramo de cosméticos.

— O desempenho da Natura chama a atenção. Bater 49% é um índice muito alto. Observando o ranking brasileiro, podemos concluir que há muitas oportunidades para as empresas trabalharem este conceito — comenta Cristiane. — Os resultados indicam que as marcas do setor de cosméticos estão conseguindo conquistar com eficácia a confiança de seus clientes.

As outras empresas mais citadas pelos brasileiros foram Avon (14%), Boticário e Nestlé (ambas com 9%) , e Ypê (8%).

Apesar de apontar a maior consciência ambiental, pouco mais da metade dos brasileiros conhece de fato o significado de “biodiversidade”. As respostas indicam que 96% ouviram falar nesta palavra de 14 letras, mas apenas 53% deles deram uma definição considerada correta.

Foram consideradas acertadas as respostas do tipo “todas as variedades de formas de vida que podemos encontrar na Terra”. Também foram aceitas frases mais amplas, como: “Diversas formas de vida, vegetal ou animal. O Brasil tem uma rica biodiversidade, você pode encontrar várias espécies de plantas e animais na Amazônia”.

Diante destes dados, especialistas da UEBT dizem que o principal desafio é melhorar o nível de entendimento acerca deste tema. Entretanto, o percentual de acertos no país esteve acima da média mundial (39%).

— Não basta ter ouvido falar em biodiversidade. O mais importante é saber quem realmente entende o que esta palavra significa — diz Cristiane.

A China foi o país com o melhor desempenho na pesquisa. Entre os entrevistados, 64% definiram corretamente biodiversidade. Europeus, geralmente associados à maior consciência ambiental, tiveram dificuldades de definir corretamente a palavra biodiversidade. O percentual de respostas corretas foi de 20% no Reino Unido e de 24% na Alemanha.

---

### **Os extrativistas e a agroecologia. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 04/07/2013**

#### *Data nacional abre espaço para a construção do plano nacional do setor*

As populações extrativistas, que a partir do uso sustentável dos recursos naturais garantem alimentos mais saudáveis (sem uso de agrotóxicos) e inclusão social e produtiva, está no centro dos debates sobre agroecologia e produção orgânica. A ideia foi defendida pela diretora de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Larisa Gaivizzo, na manhã desta quinta-feira (04/07), durante audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, em Brasília.

O objetivo da audiência foi discutir o Projeto de Lei nº 5.358/2013, de autoria da deputada Luci Choinacki (PT-SC), que institui o Dia Nacional da Agroecologia, a ser comemorado anualmente no dia 3 de outubro. O projeto propõe, ainda, uma série de atividades relacionadas com a data, além de parceria com a Frente Parlamentar Mista de Agroecologia e Produção Orgânica, premiações e certificados de boas práticas à organizações, entidades e sociedade.

### *PLANO NACIONAL*

“Além de coroar a importância das comunidades extrativistas na agenda ambiental, a instituição dessa data comemorativa consolida todo um trabalho que vem sendo realizado para a construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”, disse a diretora do MMA. Segundo ela, por meio de iniciativas de fomento às práticas agroecológicas e orgânicas, é possível beneficiar, incluir e agregar valor à produção de povos extrativistas, muitas vezes localizados em locais distantes e de difícil acesso.

O Ministério do Meio Ambiente apoia essas práticas sustentáveis, por meio da Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituído em 2012, amplamente discutido por representantes do governo e sociedade, e pronto para ser lançado nos próximos dias. Um dos objetivos do Plano é ampliar o número atual de 200 para 300 mil famílias envolvidas com produção orgânica e em bases agroecológicas até 2014. Além disso, o governo busca incentivar o consumo desses produtos pela população.

Após ser discutido na Comissão de Agricultura da Câmara, o Projeto de Lei nº 5.358/2013 será encaminhado para votação no plenário da casa para depois se tornar lei. A data escolhida para comemoração do Dia Nacional da Agroecologia, 3 de outubro, é uma homenagem à pioneira da agroecologia no Brasil, a engenheira agrônoma Ana Primavesi. Referência na área ambiental, Ana dedicou mais de 60 anos em pesquisas e defendendo ideias que buscavam novos modelos agrícolas, com bases sustentáveis e sociais. Seus estudos partiam da concepção de que o solo é um organismo vivo, sendo possível, dessa forma, produzir alimentos preservando a natureza.

---

### **Projeto agroecológico sustentável volta à Agrifam – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 05/07/2013**

Devido ao grande sucesso obtido na Agrifam (Feira da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural), edição 2012, o projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) retorna este ano à feira. Visando o desenvolvimento sustentável de pequenas propriedades rurais, o projeto objetiva demonstrar a aplicação de medidas simples que buscam a melhoria dos processos produtivos, reduzindo gastos, aproveitando espaço, bem como, focando a viabilidade econômica do produtor através de práticas ecologicamente corretas.

O Projeto PAIS é uma iniciativa focada no cultivo agroecológico integrado e sustentável que dispensa o uso de medidas danosas ao meio ambiente, pois se baseia em

ações que preservam a qualidade do solo, da água e demais energias renováveis. A proposta também é incentivar o associativismo dos produtores e contribuir para atender às necessidades da organização de produção e comercialização. A ideia central é formar um ciclo de produção sustentável, possibilitando o melhor aproveitamento dos recursos gerados no local, utilizando ao máximo a biodinâmica da propriedade. Desta forma a aplicação favorece uma produção que atenda às políticas públicas do setor, tais como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PPAIS (Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social).

O visitante irá observar o projeto em todas as suas etapas de funcionamento no espaço Sítio Modelo. Será demonstrada a aplicação do projeto, a preparação do solo, seleção de culturas, sistemas de captação e utilização de água para irrigação, o maior reaproveitamento de matéria orgânica, entre outros aspectos. Braz Albertini, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), destaca que iniciativas como esta são bem vindas, pois “demonstram que muito pode ser feito para a preservação do meio ambiente, mantendo a produção em pequenos espaços”.

A área Sítio Modelo também contará com outras tecnologias voltadas para a estruturação das propriedades rurais.

A Feira – Com entrada e estacionamento gratuitos, a Agrifam acontece de 02 a 04 de agosto, das 8h às 17h, no recinto de exposições “José Oliveira Prado”, recinto da Facilpa, localizado à Avenida Lázaro Brígido Dutra, nº 300, em Lençóis Paulista, região central do estado de São Paulo.

---

### **Em nome da sustentabilidade. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 09/07/2013**

*MMA lança projetos de financiamento para ações nas áreas de educação ambiental e recuperação de áreas de preservação*

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) entrou em nova fase de apoio a iniciativas sustentáveis em todo o território nacional. Mais de R\$ 15,5 milhões serão investidos em programas voltados para iniciativas em segmentos como educação ambiental e recuperação de áreas de preservação. Equipes técnicas de todo o país participam, a partir desta terça-feira (09/07) até quinta-feira (11/07), de treinamento promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre o modelo de projetos que serão apoiados pela medida.

A verba será distribuída por meio de dois editais. O primeiro edital selecionará de até sete projetos, onde serão investidos R\$ 5 milhões. A seleção incluirá programas de formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar e de implantação de projetos comunitários de educação ambiental. Cerca de 100 pessoas participarão da capacitação realizada pelo MMA.

## *SEMENTES E MUDAS*

O outro edital é uma parceria entre o FNMA, o Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima e o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal. A primeira chamada destinará R\$ 10,5 milhões para a qualificação da oferta de sementes e mudas nativas e recuperação de áreas de preservação permanente. A segunda selecionará projetos de criação e implantação de parques fluviais urbanos em quatro municípios localizados na Bacia do São Francisco. Cada prefeitura receberá até R\$ 3,3 milhões.

Os gestores dos recursos ressaltaram a importância do FNMA na realização de projetos, durante a abertura da capacitação, em Brasília. Entre outros, o secretário executivo do MMA, Francisco Gaetani, destacou a parceria com a Caixa Econômica. “O Fundo começa a funcionar com um padrão diferenciado”, avaliou”. “Existem diversos critérios e os projetos serão filtrados”.

## *SEGREDO DO SUCESSO*

A capacitação em andamento também aparece como uma forma de qualificar os projetos que serão apresentados e, posteriormente, contemplados pelos editais do FNMA. De acordo com a diretora do Fundo, Ana Beatriz Oliveira, o treinamento dos técnicos é a chave para o êxito da iniciativa. “Bons projetos significam 50% de chances de sucesso”, justificou. “O restante está na execução”.

Os eixos temáticos definidos pelos editais atingem diversos pontos da política ambiental brasileira. “A educação ambiental é um tema transversal, que deve estar presente em todos os projetos”, defendeu o diretor de Educação Ambiental do MMA, Nilo Diniz.

---

## **Cai impacto ambiental da agricultura na OCDE. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 10/07/2013**

As mudanças estruturais registradas nas últimas décadas na agricultura mundial trouxeram ganhos de produtividade sem paralelos. Com apenas 1,5 bilhão de hectares no planeta ocupado por lavouras, ou 11% da superfície terrestre total, a agricultura tem conseguido prover boa parte da alimentação para consumo humano graças ao desenvolvimento de novas tecnologias, no que se convencionou chamar nos anos 1960 de a "Revolução Verde" do campo. A expressão se justifica: o acesso a sementes híbridas e técnicas mais modernas de plantio catapultaram a produção global de grãos de cerca de 800 milhões de toneladas, há 50 anos, para 2,5 bilhões de toneladas nesta safra 2013/14.

Uma guinada desse porte, no entanto, não viria sem elevar a pressão sobre o ambiente. A conversão extensiva de terras, o maior uso de água nas lavouras e os resíduos de agrotóxicos no solo são exemplos do preço pago pela expansão agrícola. A boa notícia é que produzir alimentos deixou de implicar necessariamente a continuidade desses estragos, como seria de se supor. Um estudo realizado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que, nos últimos dez anos, um grupo



representativo dos 34 países do bloco conseguiu fazer agricultura com menos pesticidas, fertilizantes, água e energia por tonelada produzida.

É o que os autores do "Compêndio de Indicadores Agro-Ambientais" da OCDE chamam de "descasamento" entre as curvas de produção alimentar e utilização de insumos ou recursos naturais no campo. "Isso foi possível graças à integração de questões ambientais ao processo decisório dentro das fazendas, o que ganhou mais consistência a partir de 1990", afirma o relatório de quase 200 páginas, obtido pelo Valor. Essa reversão de tendência entre duas décadas - 1990 a 2000 e 2000 a 2010 - reflete a combinação tanto de legislações mais restritivas e o aperfeiçoamento dos pagamentos por serviços ambientais, como assistência técnica mais cuidadosa e pesquisa. A mão pesada do mercado fez o resto: provocou a profissionalização das cadeias produtivas com a conseqüente redução de desperdícios, de custos e ganhos de produtividade.

De modo geral, o bloco, que além dos países europeus abrange gigantes territoriais e agrícolas como EUA, Austrália e Canadá, desempenhou muito melhor do ponto de vista ambiental que concorrentes como o Brasil (ler texto abaixo). Tome-se como exemplo a pulverização do campo com agrotóxico (pesticidas, inseticidas e herbicidas). Na última década, as vendas anuais desses produtos diminuíram em 1,1% na OCDE, contra o aumento anual de 0,2% dos dez anos imediatamente anteriores. Boa parte do recuo foi puxada pelos EUA e pela União Europeia, que, juntos, representaram quase 70% das vendas globais de agrotóxico.

À primeira vista, a queda nas vendas desses produtos nos EUA poderia ser atribuída ao fato de o país ser também o maior produtor de culturas geneticamente modificadas - o que, em tese, exige menos pulverizações químicas. Mas como explicar o recuo na Europa, refratária histórica à biotecnologia? "São vários fatores", diz Julian Hardelin, um dos autores do estudo. "Desde a melhor educação dos agricultores, o que torna o uso de insumos mais racional, até o desenvolvimento de agrotóxicos eficientes e a expansão das lavouras orgânicas".

A média anual de vendas de agrotóxicos na OCDE entre as duas décadas caiu de 908 mil toneladas para 826 mil. Nos Estados Unidos, de 325 mil toneladas para 300 mil toneladas. Na UE, o recuo foi de 339 mil a 291 mil no mesmo período.

As vendas aumentaram em praticamente todas os países em transição do bloco, como República Checa, Hungria e Estônia. "Com a entrada na economia de mercado, esses países viram uma recuperação da agricultura e a expansão da produção. Isso elevou a necessidade de pesticidas", mostra o estudo. Ou, curiosamente, em países com expressiva vinicultura, como Chile, Espanha, Nova Zelândia, México e Turquia.

No caso de fertilizantes, de modo geral, a tendência de desaceleração na curva de crescimento de aplicações foi mais acentuada na década de 2000 que nos dez anos anteriores. No caso do nitrogênio, a redução em volume entre 1990 e 2010 foi de 40

milhões de toneladas para 34 milhões de toneladas. Por hectare de terra, de 86 quilos para 63.

Segundo o estudo, parte se explica pela freada na expansão da produção nos anos 2000 e maior eficiência dos agricultores, que souberam manusear de forma mais racional os insumos. Assim como no Brasil, muitos países industrializados detêm uma "poupança" de fertilizantes no solo (o excedente que fica no solo entre uma safra e outra). No caso da OCDE, no entanto, isso permitiu uma redução de aplicações.

Outros indicadores, como a utilização da água pela agricultura, também registraram reversão na última década - se antes a tendência era altista (0,3%), os últimos dez anos foram marcados por um declínio da mesma magnitude (-0,3%), graças a sistemas de irrigação mais sofisticados.

Como toda estatística, porém, sua leitura deve ser vista com cautela. Por englobar 34 países com vocações e áreas bastante distintas, o compêndio da OCDE refere-se a números médios. Há países que registraram desempenhos bons em quase todos os itens e outros ainda estão muito aquém do desejado. Há ainda discrepâncias dentro dos próprios países - casos de regiões mais produtivas e sustentáveis situadas ao lado de outras com altos índices de poluição agrícola.

Entre 2007 e 2009, por exemplo, dois terços dos países da OCDE registraram nitrogênio em excesso na proporção de 40 quilos por hectare. Bélgica, Holanda, Israel, Japão e a Coreia do Sul extrapolaram para 100 quilos por hectare. Apesar da melhora generalizada em reduzir excessos de nutrientes no solo, a intensidade de nitrogênio por hectare permaneceu em níveis altos em termos de potencial de estragos que pode causar ao ambiente. Deficiências preocupantes, alerta a OCDE.

"Mas um número crescente de países está conseguindo descolar o crescimento na produção do excesso de fertilizantes. Entre 1998-2000 e 2007-09, enquanto a produção agrícola crescia a uma média anual de 1% na OCDE, o volume de nitrogênio recuava 1% e o de fósforo, 5%", afirma o estudo.

A média positiva do impacto ambiental da agricultura nos países da OCDE também está relacionada a outro fator: a própria desaceleração do ritmo de crescimento da produção agrícola mundial. Até 2030, a expectativa é de uma expansão anual de 1,4%, contra os 2,1% dos últimos 30 anos. Por si só, isso exerce um papel limitador no impacto que o campo poderia causar no ambiente. "Tudo isso é verdade. Mas não há como negar que evoluímos", afirma Julian Hardelin. "Hoje somos mais eficientes".

---

### **Atraso na ratificação de protocolo global sobre biodiversidade pode prejudicar país. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Brasil. 12/07/2013**

A demora do Congresso Nacional em ratificar o Protocolo de Nagoya, o acordo internacional que dá as regras para o acesso e a repartição de benefícios do uso dos recursos genéticos da biodiversidade, pode prejudicar o Brasil.

"A pior situação possível para o Brasil, o lugar com mais biodiversidade do mundo, é chegar à próxima conferência internacional, em 2014, com 50 países tendo ratificado o protocolo, e o Brasil, não", alerta o pesquisador Carlos Joly, coordenador do programa Biota, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e professor do Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em 2010, delegações de quase 200 países chegaram a acordo sobre o protocolo, em conferência no Japão. Quase cem países assinaram o acordo e 18 o ratificaram internamente. Quando tiver sido ratificado por 50 países, o protocolo entrará em vigor. Se essa for a situação em outubro de 2014, na Coreia do Sul, quando está marcado outro encontro internacional, os 50 países começam a definir os detalhes do acordo. "Só quem tiver ratificado o protocolo vai poder discutir, e o Brasil corre o risco de ficar de fora."

O governo encaminhou o assunto ao Congresso em maio de 2012. A Câmara dos Deputados precisa criar uma comissão especial para discutir o tema, mas ainda não criou. Até agora, 18 países ratificaram o protocolo. "Há uma visão equivocada do assunto", diz Joly. "O governo não consegue ver o valor estratégico que a legislação de acesso aos recursos genéticos tem, do ponto de vista produtivo, para o país", afirma o pesquisador. "O Brasil só tem a ganhar com o Protocolo de Nagoya."

A visão equivocada passa pela interpretação de alguns representantes do agronegócio, segundo os quais o Brasil terá, por exemplo, que pagar pelo milho andino. "O protocolo não é retroativo", disse Zakri Abdul Hamid, presidente do IPBES, sigla em inglês para Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistemas. É algo como o IPCC - o braço científico da ONU para mudança climática -, mas para biodiversidade.

Zakri está no Brasil para participar de um encontro regional da América Latina promovido pelo Biota-Fapesp e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). A reunião, que acontece esta semana em São Paulo, discute um plano para que os cientistas que trabalham com biodiversidade produzam diagnósticos regionais. O objetivo é um grande relatório, que irá mostrar o estado da biodiversidade no mundo e será lançado em 2018. "A biodiversidade é elemento crucial para a sobrevivência da humanidade", disse Zakri.

A antropóloga Maria Manuela Carneiro da Cunha, da Universidade de Chicago, falou sobre a contribuição dos conhecimentos de comunidades tradicionais para o tema. Lembrou o perigo que existe em se restringir a diversidade de culturas. Citou a fome na Irlanda, que matou 1 milhão de pessoas entre 1845 e 1849. Embora existissem mais de 400 variedades de batatas nos Andes, só duas foram levadas para a Irlanda. Houve uma praga e os irlandeses morreram de fome. "A variedade genética é fundamental", disse. No Rio Negro, na Amazônia, há mais de cem variedades de mandioca, porque as mulheres, que a cultivam, fazem experiências com as variedades e as trocam entre si.

---

**Desmatamento cresceu 437% na Amazônia no mês de junho. Cleide Carvalho – O Globo, País. 17/07/2013**

*Imazon vê Código Florestal e grandes obras como causas para o aumento*

SÃO PAULO — A aprovação do Código Florestal deu início a um novo ciclo de desmatamento na Amazônia Legal, segundo o instituto Imazon. A anistia a proprietários rurais que desmataram antes de 2008, aliada à pressão demográfica causada por grandes obras de infraestrutura e a negociações para reduzir o tamanho de unidades de conservação, teria criado um clima propício ao desmatamento na região. Segundo dados do Imazon, em junho deste ano foi desmatada uma área de 184 quilômetros quadrados, 437% a mais do que em junho de 2012, conforme antecipou a colunista Miriam Leitão.

De agosto de 2012, véspera da votação do Código Florestal, até junho, foram derrubados 1.855 quilômetros de florestas, mais que o dobro em relação aos 1.106 quilômetros quadrados desmatados entre agosto de 2011 a julho de 2012.

— O Código Florestal emitiu uma sinalização ruim, de perdão a desmatamentos consumados, e tanto o Congresso quanto o governo federal emitem sinais de afrouxamento das regras. O risco é perder de novo o controle sobre o desmatamento na Amazônia, que estava em queda — afirma Adalberto Veríssimo, pesquisador do Imazon.

O desmatamento dos últimos onze meses de monitoramento do Imazon é o maior desde o período 2007/2008, quando foram desmatados 1.758 quilômetros quadrados. Nele, está incluído o chamado corte raso, quando toda a floresta é posta abaixo para dar lugar a pastos ou ocupações. A degradação florestal, fruto de queimadas e cortes seletivos de árvores de maior valor comercial, direcionados a madeireiras, atingiu 1.462 km<sup>2</sup>.

Segundo Veríssimo, está em jogo o avanço da indústria de grilagem sobre uma área estimada em 25% da Amazônia Legal, ou 1,250 milhão de km<sup>2</sup> de terras de ocupação não consolidada, habitadas por comunidades tradicionais.

Parte do desmatamento decorre ainda da pressão demográfica exercida sobre a floresta por obras de infraestrutura, como o asfaltamento da BR-163 e a construção de hidrelétricas em Porto Velho (RO) e Altamira (PA), que atraem milhares de pessoas. Mais da metade do desflorestamento (63%) ocorre em áreas privadas ou em diversos estágios de posse, onde há expectativa de titulação. Assentamentos de reforma agrária respondem por 23%, e unidades de conservação, por 14%.

---

**Projeto 'desmatamento líquido zero'. Marcos Sawaya Jank – O Estado de São Paulo, Opinião. 17/07/2013**

O desmatamento continua sendo o principal tema que afeta o equilíbrio entre desenvolvimento agropecuário e conservação ambiental, mexendo com os humores de todo mundo: agricultores, ambientalistas, agroindústrias, varejistas, governos e

consumidores. Na visão do agronegócio, o argumento é que a produção agropecuária utiliza apenas 28% da área total do País e o mundo não pode prescindir do Brasil para se alimentar e vestir.

Dois pontos reforçam esse argumento. O primeiro é que o Brasil teve os maiores ganhos de produtividade total da agricultura do planeta: 3,6% ao ano nas duas últimas décadas. O segundo é que, por causa desse desempenho, o desmatamento na Amazônia caiu mais de 80% nos últimos dez anos: de 2,5 milhões para 457 mil hectares/ano, o menor nível desde que a série foi criada. A alta produtividade, as rígidas leis ambientais e uma governança mais eficiente na fronteira agrícola permitiriam a expansão controlada da produção agrícola brasileira, muito mais eficiente, por exemplo, do que na África e no Sudeste Asiático, hoje.

Na visão dos ambientalistas, o argumento é que o Brasil já desmatou demais no passado recente (o maior nível do planeta) e não seriam necessários novos desmatamentos, que causariam importantes perdas de vegetação e biodiversidade, além de pesadas emissões de CO<sub>2</sub>. Eles argumentam que existem ao menos 20 milhões de hectares (Mha) de pastagens degradadas aptas a ser convertidas em agricultura, o que tornaria desnecessário qualquer desmatamento adicional.

O desmatamento é permitido pela legislação brasileira e muitos produtores contam com ele para garantir a rentabilidade de suas propriedades, principalmente nas fronteiras agrícolas. Mas será que ele é, de fato, necessário? A resposta não é simples. Estimativas da Plataforma Agro mostram que até 2022 a pressão de crescimento da agricultura será da ordem de 15 Mha adicionais aos atuais 68 Mha cultivados, o que deverá ocorrer principalmente em áreas de pastagens. Ora, nos últimos dez anos a produtividade da pecuária de corte passou de 43 kg para 58 kg de carcaça por ha, liberando 7 Mha para atividades agrícolas, de um total de 177 Mha de pastagens. Se nos próximos dez anos a produtividade passar para 80 kg de carcaça/ha, um número bastante plausível, serão liberados outros 14 Mha. Portanto, claramente há espaço para intensificação das pastagens, principalmente se houver a adoção maciça das técnicas de integração lavoura-pecuária.

Acontece, porém, que o processo de ocupação do território nacional foi marcado por mudanças constantes nas regras do jogo e falta de planejamento. Cidades cresceram em áreas onde jamais se deveria construir. A agricultura avançou sobre áreas sem aptidão agrícola, tanto em termos de solos como de declividade. Basta rodar pelo interior e observar a imensa quantidade de pastos degradados que dominam morros inacessíveis para o cultivo, cheios de cupinzeiros.

Por outro lado, nos Estados mais pobres do País, como Maranhão e Piauí, ainda há grande quantidade chapadões planos e férteis, cobertos por cerrados, onde a única saída efetiva de desenvolvimento regional reside no agro moderno. Moralmente não podemos condenar esses Estados a continuar com o IDH da Namíbia (0,68), quando têm tudo para se tornar um novo Paraná (IDH de 0,82).

Assim, simplesmente "congelar" o uso da terra seria condenar regiões de desenvolvimento tardio a jamais se desenvolverem na área em que têm maior aptidão. Essa política também não trará nenhuma solução para os milhões de hectares de áreas ocupadas sem aptidão agrícola. Portanto, é simplista e equivocada a ideia de que basta intensificar as atuais áreas de pastos degradados para resolver os desafios de produção do Brasil. A realidade é muito mais complexa: boa parte dessas áreas não tem aptidão agrícola alguma e nunca deveria ter sido desmatada, ao mesmo tempo que vastas áreas de solos férteis e planos se encontram sob vegetação de cerrado em regiões muito pobres.

Nasce dessa constatação a interessante ideia de "reordenamento estratégico" do território nacional, buscando obter um balanço de "desmatamento líquido zero", ou seja, zerar a diferença entre o desmatamento de novas áreas com aptidão agrícola e o reflorestamento de áreas já ocupadas sem aptidão agrícola. Essa proposta exige uma rara e inédita visão estratégica de longo prazo de nossos governantes. Claro que os mais puristas dirão, corretamente, que um hectare de área reflorestada vale menos, em termos ecológicos, que um hectare de vegetação nativa. Porém essa solução subótima é muito melhor do que nada fazer, além de marcar o início tardio de um processo de planejamento territorial, depois de 500 anos de desenvolvimento caótico.

Para tanto acredito que seria possível reestruturar vários programas hoje existentes: 1) a eliminação do desmatamento ilegal; 2) a reestruturação do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) - a fim de incentivar a recuperação ou o reflorestamento de áreas degradadas - e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima; 3) a reorientação do Fundo Amazônia e do Programa de Investimentos em Florestas; e 4) a aprovação de leis avançadas sobre pagamento por serviços ambientais e de projetos de redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD+), que não excluam a conservação florestal nas fazendas. Recursos internacionais vultosos poderiam ser atraídos nesse contexto.

Da mesma forma que o mapa agropecuário será redesenhado pela nova logística que vem aí, um esforço inédito de zoneamento e planejamento territorial poderia dinamizar a implementação dos projetos agropecuários que o mundo espera do Brasil, otimizando o uso da terra e dos recursos naturais.

*\* MARCOS SAWAYA JANK É SÓCIO-DIRETOR DA PLATAFORMA AGRO E FOI PRESIDENTE DA UNICA. E-MAIL: MARCOS@JANK.COM.BR.*

---

### **Aumenta a oferta global de algodão 'sustentável'. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 17/07/2013**

Iniciado há apenas três safras, o cultivo mundial de algodão sustentável atingiu a marca de 670 mil toneladas na safra 2011/12, ou 3% da produção mundial da fibra na temporada. Restrito até então a Brasil, Índia, Paquistão e Mali, a Better Cotton Initiative

(BCI) ganhou neste ano a adesão de produtores da China, Turquia e Moçambique e até 2015 EUA e Austrália também entrarão no grupo, o que deve elevar a produção sustentável total da fibra para 2,6 milhões de toneladas. O movimento preconiza uma cotonicultura com menor impacto ambiental e mais ganhos financeiros e sociais ao produtor.

"Ter 3% da produção total de algodão sustentável em apenas três anos não é pouco - é mais que a produção mundial de orgânicos e 'fair trade', segmentos muito mais consolidados", diz a britânica Lilly Gilbert, gerente da BCI. "A partir de agora teremos os grandes produtores e consumidores conosco".

Após os primeiros anos de implementação da BCI, a estratégia de expansão desenhada para o período de 2013 a 2015 ambiciona não só a entrada de mais produtores mas também indústria e varejistas, impulsionando a cadeia como um todo. No Brasil, por exemplo, a única têxtil que aderiu à BCI foi a Vicunha. A ideia, diz Lilly, é fazer da BCI um algodão "mainstream" (de tendência predominante) e não voltado ao nicho de consumidores conscientes. "É ambicioso mas realista", diz ela, que veio a São Paulo na semana passada para atrair novos membros.

Nos próximos dois anos, a expectativa é atingir a meta de 2,6 milhões de toneladas de algodão BCI produzidos por 1 milhão de produtores licenciados. Até 2020, a meta é representar 30% da produção global de algodão, o que envolveria 5 milhões de produtores, com o potencial de beneficiar 20 milhões de pessoas, levando-se em consideração o papel das famílias nesse tipo de atividade agrícola.

Lilly cita os avanços vistos até agora ao dizer que as metas são possíveis de serem atingidas. Em duas safras, o número de produtores licenciados cresceu de 68 mil para 165 mil, sendo que a área plantada pulou de 225 mil hectares para 550 mil. A produção, por sua vez, subiu de 35 mil toneladas em 2010 para 670 mil toneladas colhidas no ano passado. O Brasil, sozinho, abocanhou metade desses números, seja em área ou em volume. "Ao contrário dos demais países, nossa agricultura é de grandes propriedades rurais", diz Andrea Aragon, coordenadora brasileira da BCI. A implementação do projeto no país conta com a parceria da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa).

Por esse motivo, o Brasil tem sido até agora a mola propulsora da expansão da BCI. Andrea estima que tenha havido a adesão de 140 produtores da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul em 2011/12 (os números estão sendo analisados), em cerca de 200 mil hectares de área plantada e que resultaram em 350 mil toneladas da fibra. No mesmo período, o país colheu o total de 1,8 milhão de toneladas de algodão.

A BCI determina, entre outros pontos, a utilização de um menor volume de água e pesticidas no plantio e implementação da rotação de culturas para melhorar a qualidade do solo. Diferentemente de outros selos que aferem sustentabilidade, a BCI se

autodeclara "tecnologicamente neutra" - em outras palavras, aceita lavouras de algodão geneticamente modificado.

A decisão de não segregar plantações transgênicas é particularmente importante porque grandes produtores já aderiram à tecnologia, como Brasil, China, Índia e os Estados Unidos. "O que importa são os benefícios gerados. Não entramos no mérito da tecnologia que o produtor preferiu", diz Lilly.

De modo geral, houve uma melhora nos últimos dois anos no gerenciamento da produção. Na Índia, o uso de pesticidas caiu 40%, o de água 20% e a produtividade subiu 20%, segundo a BCI. No Paquistão, as reduções foram de 20% e 38%, respectivamente, com ganho de produtividade de 8%. No caso brasileiro, a seca que assolou alguns Estados produtores e a ocorrência da lagarta do gênero *Helicoverpa* prejudicaram as lavouras e impediram ganhos similares aos dos outros países. "Foi impossível reduzir a aplicação de defensivos por causa da praga", disse Andrea. "Mas o que importa é saber se o produtor está se esforçando para melhorar o seu desempenho".

---

### **União Europeia é responsável por 10% do desmatamento mundial por ano. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Vaivém. 20/07/2013**

A União Europeia é responsável anualmente por 10% da devastação mundial de florestas. Já se for considerado o volume mundial de commodities comercializado anualmente, essa responsabilidade sobe para 36%.

Os dados são da própria União Europeia, que estuda a participação dos países do bloco nas perdas de áreas de florestas no mundo e quer traçar diretrizes para as próximas décadas.

Nas últimas duas décadas, pelo menos 239 milhões de hectares de florestas se tornaram áreas agrícolas, cidades ou estradas, aponta a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

Essa participação da União Europeia na eliminação de florestas no mundo é baseada no conceito "deflorestação incorporada".

Ou seja, quanto o bloco consome dos produtos vindos dessas áreas que deixaram de ser florestas e passaram a ter outras finalidades.

Nesse conceito, a União Europeia é responsável por uma eliminação de 732 mil hectares de florestas por ano.

Já de 1990 a 2008, o bloco europeu importou 36% de todos os produtos agrícolas e pecuários comercializados vindos dessas regiões.

A maior parte da produção agrícola e pecuária obtida nessas áreas desflorestadas, no entanto, é consumida regionalmente. Apenas 33% da produção agrícola e 8% da pecuária vão para o comércio internacional.



Dependente da produção de alimentos de outras regiões, a União Europeia foi responsável pelo desmatamento de mais de 10 milhões de hectares de florestas no período de 1990 a 2008, tomando como base a "desflorestação incorporada".

---

### **Unidos pela terra. Amanda Moura – O Globo, Rio. 21/07/2013**

*Feira reúne pequenos empresários da Região Serrana, que têm em comum o foco na sustentabilidade*

A sustentabilidade será o principal assunto em Lumiar por, no mínimo, três dias. A partir da próxima sexta, a cidade sediará a chamada Feira da Terra. Em sua 11ª edição, o evento, que acontecerá na Praça Eugênio Gustavo Brust, reunirá expositores da Região Serrana que trabalham sob o conceito da agroecologia — uma proposta alternativa de agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Paralelamente, será realizado o 1º Fórum Intermunicipal de Agricultura, Agroecologia, Alimentação Saudável e Sustentabilidade.

— A feira surgiu em 2010, foi uma demanda de produtores da região. Havia muitas pessoas tocando projetos bacanas, mas faltava um espaço para divulgá-los. A ideia é promover um encontro delas com moradores da Serra e turistas — explica Pedro Kiua, idealizador do evento.

Entre os participantes da feira está o friburguense Paulo Corrêa. Em sua casa, em Mury, ele mantém um meliponário — cria abelhas nativas e sem ferrão. Ao contrário do mel das abelhas africanizadas, o das meliponas é raro. O trabalho exige cuidado e domínio, o que torna o alimento bastante valioso.

— Manter colônias organizadas, como as nossas, é algo que necessita muita dedicação. A maioria das pessoas não conhece esse trabalho e não sabe dos benefícios do produto para a saúde — afirma Corrêa, que, há seis anos no ramo, comercializa não apenas mel puro, mas também cosméticos totalmente naturais, feitos por sua mulher, Ana Paula, a partir do ingrediente.

Corrêa conta que se apaixonou pelas meliponas ainda criança — tentou criá-las aos 8 anos e, depois, aos 13. A dificuldade o fez desistir, e, durante 15 anos, ele se dedicou à apicultura comum.

— Um dia, retomei o trabalho que me cativou quando era menino. Sempre quis um meliponário. Mas minha ideia não é tornar meu trabalho uma atividade popular. Para comprar mel, o cliente precisa vir à minha casa. Participar da Feira da Terra é uma oportunidade de todos divulgarem seus ofícios e possibilita uma vasta troca de informações — diz Corrêa, cheio de entusiasmo.

A Feira da Terra acontecia quatro vezes por ano. Agora, tem uma edição no verão e uma no inverno. A próxima reunirá expositores de toda a Região Serrana, de ramos diversificados, do design à alimentação saudável.

— No começo, o evento era menor e focado em Nova Friburgo. Mas notei que, em toda a Serra, há trabalhos afinados com o conceito de agroecologia — afirma Kiua.

#### *Aposta no consumo consciente*

Também sediada em Mury, a EntreFolhas é uma empresa que participará pela terceira vez da Feira da Terra, que terá venda de produtos das 10h às 18h (haverá ainda aulas de ioga, das 9h às 10h, e shows, das 18h às 22h). A pequena fábrica de óleos essenciais trabalha com plantas que são cultivadas sem fertilizantes sintéticos e agrotóxicos.

Regina Braga e Leonardo Cunha se uniram há cinco anos para abrir a “empresa verde”. Ambos destacam que a química só está presente no espírito da parceria: ela é especialista em aromaterapia, ele tem pós-graduação em Agricultura Biodinâmica.

— Começamos o trabalho na incubadora de empresas da Uerj em Nova Friburgo. A procura por produtos ligados à agroecologia está crescendo, e isso favorece nosso negócio. A tendência do mundo é priorizar, cada vez mais, o uso de ingredientes naturais — analisa Regina.

Para os proprietários da EntreFolhas, a Feira da Terra representa uma bela oportunidade para ensinar e aprender.

— Nosso trabalho é integrado com o de outros produtores da região. O intercâmbio de informações ganha força com o evento — afirma Regina, que explica que os óleos essenciais servem de base para produtos como cremes hidratantes e perfumes, entre outros.

O Instituto Pindorama e a Casa Alquímica também estarão na Feira da Terra. Localizado em Nova Friburgo, o primeiro é uma ONG que nasceu em 2004 com a proposta de discutir meios para utilizar recursos naturais de forma sustentável. Em 2009, ganhou uma sede e um serviço: passou a administrar um eco-hostel. Em sua propriedade, de 480 mil metros quadrados, há oficinas de ioga e aulas de culinária saudável e design com bambu, entre outras. Já a Casa Alquímica é uma perfumaria que só usa ingredientes orgânicos.

---

#### **Agricultura na Amazônia. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 22/07/2013**

*Seminário discute manejo agrícola sustentável, iniciativas de promoção dessas práticas entre pequenos agricultores e impactos ambientais, sociais e econômicos do agronegócio*

Pesquisadores, técnicos e representantes do governo e sociedade ligados à agricultura e meio ambiente participam, de 21 a 24 de julho, em Belém, do 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober): Novas Fronteiras da Agropecuária no Brasil e na Amazônia e Desafios da Sustentabilidade. O

manejo agrícola sustentável, iniciativas de promoção dessas práticas entre pequenos agricultores e impactos ambientais, sociais e econômicos do agronegócio também serão discutidos durante o encontro.

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Guilherme Cabral, participou, nesta segunda-feira (22/07), do debate "Iniciativas de Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia". Após breve apresentação sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR), Cabral moderou as discussões, da qual participaram o professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA - campus Santarém), Francisco Assis, a pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) unidade Amazônia Oriental, Tatiana Sá e o representante do governo do Pará, Justiniano Netto.

O professor da UFRA destacou o papel da gestão florestal para povos e comunidades tradicionais e a agricultura familiar. A pesquisadora da Embrapa abordou alguns pontos para difusão da agroecologia, que é um tipo de agricultura familiar que segue preceitos sociais, econômicos e ambientais, na Amazônia. Já o representante do governo paraense falou um pouco sobre o Programa Municípios Verdes, iniciativa estadual que busca promover o desenvolvimento econômico e social através do uso sustentável e conservação dos recursos naturais.

“Mostrar essa rede articulada e todos os impactos desde o CAR, que leva a regularização ambiental ao produtor rural, com práticas agrícolas sustentáveis, é o objetivo da participação do Ministério do Meio Ambiente em eventos como este”, disse Cabral. Para ele, a transição para esse novo modelo produtivo, baseado em práticas sustentáveis e agroecológicas, passa pela regularização de imóveis, resgate de conhecimento científico sobre agroecologia e entendimento mais estruturado em relação as perspectivas da preservação ambiental da região amazônica.

---

### **Sumiço de borboletas na Europa indica queda de biodiversidade. Clarissa Neher – Site da Carta Capital, Sustentabilidade. 23/07/2013**

*Relatório mostra intensificação da agricultura como um dos principais fatores do fenômeno*

Nas últimas duas décadas, a população de borboletas diminuiu 50% nas regiões de pradaria na Europa – principal habitat desses insetos no continente. Essa redução indica uma perda de biodiversidade preocupante na região, segundo o relatório da Agência Europeia do Ambiente, EEA, divulgado nesta terça-feira 23.

A pesquisa analisou dados de 1990 a 2011 sobre 17 espécies de borboletas em 19 países europeus. Esse tipo de inseto é um indicador importante para apontar tendências para outros insetos terrestres que, juntos, formam mais de dois terços de todas as espécies do

planeta. Por isso, a agência usa as borboletas como base para medir a biodiversidade e a saúde dos ecossistemas na Europa.

"Essa dramática redução de borboletas de pradaria é alarmante – em geral, esses habitats estão diminuindo. Se nós não conseguirmos mantê-los, nós poderemos perder muitas espécies no futuro", ressaltou Hans Bruyninckx, diretor executivo da EEA. Ele chama a atenção para a importância das borboletas e outros insetos na polinização. "O que eles carregam é essencial para os ecossistemas naturais e para a agricultura."

Das espécies analisadas, oito registram declínio, duas permaneceram estáveis e apenas a população de uma cresceu. O relatório não conseguiu observar a tendência das demais seis espécies examinadas.

### *Agricultura e abandono*

Os principais fatores para essa queda é intensificação da agricultura em regiões planas e de fácil cultivo, aponta o estudo. A prática deixa a terra estéril e prejudica a biodiversidade. Outros motivos seriam o abandono de terras em áreas montanhosas e úmidas, principalmente nas regiões sul e leste da Europa, devido à baixa produtividade. "Sem qualquer forma de administração nesses locais, a pradaria será gradualmente substituída por mato e floresta", indica o relatório.

Além disso, a intensificação e o abandono também são responsáveis pela fragmentação e o isolamento das regiões remanescentes. Dessa maneira, as chances de sobrevivência das espécies locais e de recolonização em áreas onde elas foram extintas ficam reduzidas. Os pesquisadores apontam o uso de pesticidas como outro vilão – levados pelo vento, eles acabam matando as larvas desses insetos.

"O Indicador Europeu de Borboletas de Pradaria pode ser usado para avaliar o sucesso de políticas agrícolas", afirma a EEA. Segundo o relatório, o financiamento sustentável de indicadores de borboletas pode contribuir para validar e reformar uma série de políticas e ajudar a atingir a meta dos governos europeus de reduzir a perda de biodiversidade até 2020.

### *Os contadores de borboletas*

Estima-se que, das 436 espécies de borboletas presentes na Europa, 382 sejam encontradas em regiões de pradaria em pelo menos um país europeu. Desde de 1950, a vegetação sofre alterações devido ao uso do solo e, em alguns países, ela pode ser encontrada apenas em áreas de reserva natural atualmente.

Milhares de profissionais treinados e voluntários contribuíram para a realização do estudo: eles contaram borboletas em aproximadamente 3500 faixas de pradarias espalhadas pela Europa. Na região, o primeiro trabalho do tipo foi feito pelo Reino Unido, em 1976.

---

## **Guardiães da agrobiodiversidade. Mieczslau Kudlavicz – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/07/2013**

Empresas como a Monsanto investem milhões de dólares em pesquisas para modificar geneticamente as sementes. Articulado a isso milhões de dólares são gastos para produção dos mais diferentes “biocidas” (herbicidas, inseticidas, bactericidas, fungicidas), denominados pelos fabricantes como “defensivos agrícolas”. E pelos movimentos sociais como “agrotóxicos” para evidenciar que causam danos às plantas, animais e ao homem, uma vez que a palavra “biocida” significa “mata a vida”.

Em direção contrária, é que estavam reunidos camponeses e camponesas, indígenas, acadêmicos, professores universitários e pesquisadores da Embrapa na 9ª Feira de Sementes Nativas e Crioulas, na cidade de Juti/MS. Esta feira, realizada nos dias 12 a 14 de julho de 2012, reuniu mais de 500 participantes oriundos de diversos municípios do Estado, bem como de outras regiões como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasília. Os participantes objetivavam particularmente a troca de conhecimentos, saberes e experiências que apontem caminhos para a construção de ambientes agrícolas equilibrados, e que assegurem uma vida saudável e de autonomia.

Neste sentido, partilhar práticas comunitárias, técnicas e processos em defesa da vida das plantas, dos animais e do homem é que davam o tom das palestras, debates e das rodas de conversa. Isto ocorreu porque enquanto os defensores das chamadas tecnologias “modernas” privilegiam a produção e uso de biocidas, os participantes da Feira defendem a Agroecologia, ciência que parte do entendimento de que os organismos que competem com as plantas cultivadas não são “ervas daninhas” que devem ser eliminadas com herbicidas, como pensado na agricultura convencional. Ou seja, os insetos considerados “pragas” no sistema de cultivo convencional, podem, no sistema agroecológico, ser controlados por processos naturais introduzindo, por exemplo, plantas atrativas ou repelentes destes insetos ou, ainda, pelo estímulo à presença de aves que se alimentam dos organismos que causam prejuízo ao agricultor.

Portanto, Agroecologia e Agricultura Biocida são lógicas de produzir e de se relacionar com a natureza totalmente opostas. Enquanto a segunda defende os agrotóxicos que matam a vida e uma agricultura “sem gente”, a primeira enfatiza o uso de técnicas e processos que defendam a vida em sua plenitude.

Outro fato que deve ser considerado como um diferencial é a forma de organização da Feira. No lugar de um evento grandioso envolvendo volumosos recursos financeiros e muito marketing - como é comum no agronegócio, tivemos a marca da simplicidade. Não havia chefes, tão pouco a necessidade de obedecer ordens determinadas pelos “de cima”. O que prevaleceu foi o planejamento participativo com a distribuição de tarefas de acordo com as possibilidades. Logo, o ambiente da feira espirava alegria pelo resgate do prazer de poder partilhar produtos, saberes e técnicas. Por isso, a Feira não tem dono, é dos agricultores para os agricultores.

Ávidos em conhecer, partilhar, não trocaram apenas sementes. Parte dos presentes doaram produtos para serem distribuídos durante a feira, e toda a alimentação, servida para os mais de 500 participantes, foi fruto de doação dos agricultores e agricultoras. Destaque para o valioso trabalho das mulheres no preparo da alimentação, de forma gratuita.

Além das sementes de milho, de feijão, arroz, de trigo, de verduras, de adubação verde, também foram distribuídas sementes de plantas nativas como, ipê, angico, sicupira, tamboril, guapuruvu, ariticum, marolo, cedro, entre tantas outras. Significativo foi a distribuição de mudas de plantas como baru, moringa, romã, jaracatiá, buriti, macaúba, buriti. Barraquinhas com a venda de produtos da indústria doméstica (como doces, licores, queijos, além dos produtos de artesanato), foram também um ponto alto da Feira. Comendo, e problematizando este ambiente de saberes e práticas, tivemos palestras, oficinas e mini cursos com temas variados como: plantas medicinais, cultura da mandioca, recuperação de áreas degradadas, artesanato com fibra de taboa, produção de farinha de macaúba.

Registro especial deve ser feito à presença majoritária das mulheres na organização e realização desta Feira, situação evidenciada na formação da mesa de abertura com a presença de quatro mulheres e, somente, um homem. Este fato, que a princípio pode parecer casual, tem um peso simbólico porque se relaciona com a origem da agricultura e da domesticação das primeiras sementes cultivadas que se fizeram no quintal da casa pelas mulheres.

Concluo este relato, sobre o vivido na 9ª Feira de Juti, com a afirmativa de um pesquisador da Embrapa, feita durante sua palestra: “os camponeses e camponesas são os reais guardiões e guardiãs da agrobiodiversidade”.

---

### **Bertha Becker deixa legado sobre desenvolvimento da Amazônia ‘em pé’. Manuela Andreoni – O Globo, Ciência. 23/07/2013**

#### *Geógrafa política morreu na semana passada*

RIO - “A floresta precisa ter valor em pé”. Este era o mantra da geógrafa política Bertha Becker, que faleceu no último dia 13, sábado, aos 83 anos, deixando um legado de quase meio século de estudos sobre a Amazônia. Para Bertha, era preciso pensar o desenvolvimento da floresta, não apenas sua preservação; dar motivos para aqueles que enriquecem, ou simplesmente tiram seu sustento da mata, quererem preservá-la. A geógrafa queria ver institutos de pesquisa e indústrias de ponta tomando espaço da economia predatória que destrói a Amazônia. Inteligente, engraçada e, não raro, polêmica, Bertha deixou sua marca em diversos institutos de pesquisa, nas políticas públicas do governo brasileiro, entre os diplomatas — foi professora no Instituto Rio Branco — e em todos que se aventuram em estudos sobre a região que ocupa mais de 60% do Brasil.

— O primeiro (legado de Bertha) é o do Brasil mudar o foco de seu olhar tradicional, de terra, para um de territórios. Ou seja, uma visão qualitativa e não quantitativa, com os atributos humanos, culturais, econômicos, em vez de uma visão de meros hectares — lembra Roberto Smeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra, à qual a geógrafa era associada. — O segundo (legado), da geografia, e das ciências em geral, de se integrar melhor à política — continuou, ainda incluindo um terceiro, de mostrar as mudanças na formulação de políticas públicas na sociedade contemporânea.

Bertha defendia que cabia aos cientistas engajados em estudos na Amazônia abraçar seu papel político. Filha de imigrantes, ela era descrita como nacionalista e desenvolvimentista. Tinha verdadeira paixão pela Amazônia e defendia a ocupação de seu território pelos brasileiros. Foi abordada algumas vezes pelos tecnocratas de Brasília para se juntar a eles. Mas sempre disse não. Queria ser uma acadêmica. Política, mas acadêmica.

O Zoneamento Ecológico-econômico para os estados da Amazônia Legal e o Macrozoneamento da Amazônia Legal, recentemente transformado em política territorial para a região pelo Congresso Nacional, são apontados como as políticas públicas mais importantes sob influência de Bertha por Cláudio Egler, professor do Departamento de Geografia da UFRJ, autodeclarado discípulo da geógrafa. O trabalho é um estudo detalhado que destrincha a realidade amazônica e orienta ações estratégicas. Dessa forma, a área foi dividida em diversas partes, cada uma com seu papel, incluindo preservação rigorosa, aproveitamento para a agroindústria, entre outras. Bertha sabia dialogar.

— Bertha acreditava na colaboração entre os conhecimentos tradicionais e a ciência, tecnologia e inovação avançadas — conta Cláudio Egler.

Os estudos de Bertha sobre a região começaram nos anos 1970, depois de a pesquisadora começar a dar aulas a jovens diplomatas no Instituto Rio Branco — trabalho a que se dedicou por 10 anos. Mas talvez seja ela mesma a pessoa mais influenciada por suas aulas. Em entrevista à TV Univesp, de São Paulo, no ano passado, a estudiosa conta que, quando pesquisou para montar o curso para os diplomatas, encontrou a geografia política e “se casou” com ela.

Neste longo casamento, Bertha fez de tudo para descobrir a Amazônia em seus mínimos detalhes. Começou por um caminho inesperado: as cidades. Isso a orientou por toda a vida, pois Bertha estava sempre atenta, em todas as suas proposições, às mais de 20 milhões de pessoas que vivem na chamada Amazônia Legal.

— Ela ajudou o governo a fazer uma política sem exageros. Nem exageradamente protecionista, no sentido de desenvolver, e também não exageradamente não-protecionista, no sentido de destruir — conta Lia Osório Machado, professora aposentada da UFRJ, amiga de Bertha desde 1959. — Ela procurava sempre conciliar as posições para obter algo de concreto.

Para a jornalista Míriam Leitão, colunista do GLOBO que entrevistou a geógrafa repetidas vezes, a ausência desta habilidade de Bertha, e de sua visão de futuro, serão sentidas nos debates sobre a região amazônica nas próximas décadas.

— Uma inteligência como a dela faz muita falta, principalmente neste momento em que o país ainda não sabe o que fazer com a Amazônia e ainda erra — diz Míriam.

A pesquisadora defendia opiniões polêmicas em nome de sua bandeira. Não era, por exemplo, a favor da Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (Redd), que prevê recompensas para aqueles que não desmatam a floresta. Para ela, o programa era prejudicial ao desenvolvimento de cadeias produtivas na região. Bertha queria ver o florescimento da indústria do guaraná, do açaí, dos fármacos, cosméticos. Queria ver a imensidão amazônica dando frutos biotecnológicos ao PIB brasileiro.

Bertha, contudo, sempre oferecia espaço a quem era contrário a suas ideias. O consultor em sustentabilidade e ambientalista pioneiro Fábio Feldmann admite ter tido suas divergências com a pesquisadora, mas sempre em tom de conciliação:

— Ela era uma acadêmica muito aberta. Talvez a geógrafa brasileira mais respeitada no mundo hoje — conta. — Toda a discussão sobre Amazônia está permeada pela opinião da Bertha. Ela era uma pessoa indispensável para essas discussões no Brasil.

---

### **Cepal reduz projeção de crescimento para América Latina em 2013. Martha Beck – O Globo, Economia. 24/07/2013**

*Expectativa para o crescimento da região passa de 3,5% para 3% neste ano*

*Para o Brasil, a projeção do ano foi revista de 3% para 2,5%*

BRASÍLIA - A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) reduziu sua projeção para o crescimento da região de 3,5% para 3% em 2013. Segundo o Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, divulgado nesta quarta-feira, o fraco desempenho das economias do Brasil e do México está entre os responsáveis pela revisão dos números.

Para o Brasil, a projeção de crescimento do ano foi revista de 3% para 2,5%. No caso do México, a estimativa caiu de 3,5% para 2,8%. De acordo com o estudo, a região também sofreu o impacto da desaceleração de economias que estavam crescendo a taxas elevadas, como Chile, Panamá e Peru.

A secretária-executiva da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), Alicia Bárcena, demonstrou otimismo ao comentar as perspectivas para a economia brasileira. Embora a Cepal tenha reduzido sua projeção para o crescimento do país em 2013 - de 3% para 2,5% - Alicia afirmou que o governo tem feito esforços para reduzir a desigualdade, aumentar os investimentos em educação e saúde e para atrair investimentos.



— As perspectivas são positivas. O país pode ter um melhor desempenho (em 2014). Acho que a percepção dentro do país é pior do que realmente é. O Brasil está fazendo mudanças em sua estrutura que caminham na direção do crescimento — afirmou Alicia.

O documento destaca que os países latino-americanos estão sendo afetados pelas turbulências no cenário externo, o que pode ter impactos negativos no curto e longo prazos, especialmente por causa da dependência das exportações da região para a Europa e a China. Outro problema, segundo a Cepal, está no fato de que o crescimento dos países continua sendo muito dependente do consumo, que está desacelerando, enquanto a taxa de investimento continua baixa.

— O atual cenário revela problemas de sustentabilidade do crescimento na maior parte das economias da região e justifica estabelecer a necessidade de ampliar e diversificar suas fontes de expansão. Precisamos de um pacto social para aumentar o investimento e produtividade, e mudar os padrões de produção para crescer com igualdade — afirmou Alicia Bárcena, durante a divulgação do estudo.

A alta dependência das exportações para a Europa e a China num momento em que essas economias estão desacelerando vai piorar as contas externas da América Latina e do Caribe em 2013. A Cepal também elevou sua projeção para o déficit em conta corrente da região de 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2% do PIB. Essa será a maior taxa desde 2001.

---

### **Estudo identifica barreira a avanço do programa ABC no Norte e no Nordeste. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 26/07/2013**

Falta de ênfase em culturas próprias do semiárido e baixa assistência técnica ainda dificultam a tomada de crédito por produtores rurais do Nordeste e do Norte no país no âmbito do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC). A conclusão é do estudo "Um longo Caminho Até 2020", feito pelo Observatório ABC.

Criado em 2010 pelo governo, o programa ABC tem como objetivo reduzir a emissão de carbono e aumentar a produtividade por meio do uso de boas práticas agrícolas. Já o Observatório ABC, lançado em maio, é coordenado pelo Centro de Estudo de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (GVAgro) e desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVces).

No âmbito do programa ABC, foram emprestados quase R\$ 3 bilhões por meio de aproximadamente 10 mil contratos na safra 2012/13, encerrada em junho. O Banco do Brasil liberou cerca de R\$ 2,6 bilhões e o BNDES, R\$ 370 milhões. Do total, apenas pouco mais de R\$ 450 milhões (1,6 mil contratos) foram para Norte e Nordeste.

O estudo enumera algumas explicações para esses baixos desembolsos. Segundo Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária e integrante do Observatório ABC, o principal empecilho para a disseminação do programa nas duas regiões do país ainda é a falta assistência técnica.

A falta de especialização dos agentes envolvidos, segundo ele, prejudica a tomada de financiamentos do ABC. "Falta que a tecnologia chegue o agricultor no Norte e no Nordeste. No Sudeste e no Sul, temos mais profissionais com esse perfil".

O estudo mostra, por exemplo, que as regiões Norte e Nordeste são as que contam com o menor número de faculdades com cursos de ciências agrárias no país. "As boas práticas são matéria obrigatória nos cursos de ciências agrárias. Portanto, seria mais fácil integrá-las ao sistema de assistência técnica nacional, mas hoje isso não acontece", diz Assad.

O próprio estudo, porém, faz uma ressalva ao afirmar que, no caso do ABC, as universidades não são os únicos pontos de apoio para a formação dos "multiplicadores". Segundo a pesquisa, instituições com alta capilaridade podem e devem participar, entre elas a Associação Brasileira de Extensão Rural (Asbraer), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) - via sindicatos rurais - a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a própria Embrapa. "Somados todos, são 7.347 bases de apoio para o plano, e isso sem considerar empresas e ONGs", diz o documento.

Ainda que as contratações nas duas regiões representem apenas 16% do total nacional, a fatia está em sintonia com a representação do Norte e do Nordeste no Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola brasileira. Segundo o Ministério da Agricultura, o VBP das 20 principais culturas do país nas duas regiões deverá somar R\$ 35 bilhões em 2013, ou 12% do total nacional.

Conforme o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, o ABC está avançando nas regiões. Ele lembra, por exemplo, que Sul e Sudeste têm mais pastagens degradadas que estão sendo agregadas para a produção de grãos, o que ajuda a engordar a demanda por recursos do programa.

De acordo com Marco Morato, analista da OCB, o clima também deve ser levado em consideração, além do difícil acesso à assistência técnica. "No Nordeste, até o reflorestamento é difícil pela falta de água. No Norte, não existe cultura de uso dos produtos usados no ABC, como milho, soja e eucalipto. A tecnologia tem que ser criada para os dois biomas específicos".

---

**Projetos de mineração da Vale pressionam territórios quilombolas no Maranhão e Pará. Rogério Almeida e Lilian Campelo – Site da Carta Maior, Meio Ambiente. 27/07/2013**

*Projeto Serra Sul, da Vale, recebeu dos órgãos ambientais do governo federal a licença de instalação da mina e da usina de beneficiamento do minério de ferro, apesar de parte da área integrar a reserva ambiental da Floresta Nacional de Carajás.*

Belém – No mês de julho o maior empreendimento da Vale, Projeto Serra Sul (S11D) recebeu dos órgãos ambientais do governo federal, o Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes para a Conservação da

Biodiversidade (Icmbio) a licença de instalação do projeto da mina e da usina de beneficiamento do minério de ferro, apesar de parte da área integrar a reserva ambiental da Floresta Nacional de Carajás. A pressão sobre reservas ambientais e territórios das populações originárias é uma das características de tais projetos na Amazônia.

O S11D encontra-se nos limites dos municípios a sudeste do Pará, Canaã dos Carajás e Parauapebas. Com o projeto a mineradora irá incrementar a produção de ferro em 90 milhões de toneladas por ano, mas com capacidade de dobrar a produção. O mercado asiático tem sido o destino do minério de ferro de excelente teor das terras dos Carajás, em particular a China e o Japão. A previsão é que a usina inicie as operações até 2016. A iniciativa que inclui mina, duplicação da Estrada de Ferro de Carajás (EFC), ramal ferroviário de 100km e porto está orçada em US\$ 19,5 bilhões.

Os recursos estão distribuídos da seguinte forma: a logística consumirá US\$ 14, 1 bilhões; US\$8,1 bilhões serão usados na mina e na usina; enquanto US\$ 2 bilhões serão usados durante o ano. Como em outros empreendimentos na Amazônia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o responsável por parte dos recursos, ao lado do banco japonês, Japan Bank Internacional Cooperation (JBIC). O projeto é maior ou equivalente à primeira versão do Programa Grande Carajás (PGC), iniciado há quase 30 anos.

#### *Miséria S/A*

O extrativismo mineral é o principal item da balança comercial do estado do Pará, chegando a contribuir com 90% do Produto Interno Bruto (PIB). O mesmo minério que pesa no PIB é responsável por uma renúncia fiscal de R\$ 9 bilhões por ano por conta da Lei Kandir (lei complementar federal n.º 87, de 13 de setembro de 1996), que desonera as empresas em recolher o Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS) dos produtos primários e semielaborados. Dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) sinalizam que o setor faturou 100 bilhões de reais em 2012. Deste total o Pará responde por 23,3%, ficando atrás de Minas Gerais, que concentra 41,4% da produção.

A desoneração em R\$9 bilhões se aproxima do orçamento total do estado para o ano de 2013, estimado em R\$ 13 bilhões, assim explica a dissertação de mestrado em Direito de Victor Souza, defendida da Universidade Federal do Pará (UFPA). No cenário de corporações internacionais que exploram ou reivindicam licença para prospecção mineral junto ao DNPM em solo paraense, constam a suíça Xstrata, a estadunidense Alcoa, a francesa Ymeris, a Reinarda, subsidiária da australiana Troy Resource, a norueguesa Norsk Hidro, a chilena Codelco e a Vale, esta a de maior musculatura.

Análises do jornalista Lúcio Flávio Pinto, um especialista em temática amazônica sinalizam que entre 1997 a 2001, a Vale contribuiu para o erário paraense com menos de R\$ 6 milhões em impostos sobre minério de ferro exportado. Existe minério praticamente em todo o estado, - de seixo a ouro -, até o momento Carajás tem se constituído como o principal polo. O setor de maior peso na economia paraense planeja

investir 46 bilhões de dólares (quase 80 bilhões de reais) durante a vigência do seu plano quinquenal (2010/2014).

“O principal efeito desses investimentos será incrementar ainda mais a especialização do Pará como estado exportador (talvez vindo a ocupar a 4ª ou mesmo a 3ª posição nacional em 2014) e gerador de saldo de divisas (já é o 2º mais importante do Brasil)”, avalia o jornalista. Os planos de desenvolvimento para a Amazônia tem consolidado a região como uma fonte exportadora de matérias primas, ou no máximo semielaborados e energia. Conforme os tratados de economia, um exportador de commodities. Uma economia de enclave, que não dinamiza as regiões onde ela opera.

As quase três décadas de extrativismo mineral em Carajás não representam uma alteração da qualidade de vida das populações do Maranhão e Pará, estados impactados pelo projeto. Iguais em desgraça, ambos ocupam lugar de destaque no mapa da pobreza do país. No Maranhão 1,7 milhão da população, do total de 6,5 milhões de habitantes sobrevivem abaixo da linha da miséria, ganhando R\$70,00 por mês.

No ranking da extrema pobreza do Brasil, o Pará ocupa o quarto lugar, com uma população de 1,5 milhão de pessoas na linha da pobreza. Entre os municípios do corredor de Carajás nenhum alcança a renda per capita mês igual a um salário mínimo. Parauapebas e Marabá lideram o ranking com R\$221,48 e R\$188,59 respectivamente. São João do Araguaia tem o pior indicador, R\$67,72, enquanto Canaã dos Carajás responde com R\$167,46. O município vizinho da mina, Curionópolis tem a per capita de R\$ 108,15, quase a mesma renda da pequena Palestina do Pará, R\$ 106, 64.

Os demais municípios do sudeste paraense possuem a seguinte per capita: Bom Jesus do Tocantins, R\$107,80; Brejo Grande do Araguaia, R\$113,77; Eldorado dos Carajás, R\$106,16; Itupiranga, R\$85,71; Nova Ipixuna, R\$127,26; Piçarra, R\$119,34; São Domingos do Araguaia. R\$ 113,55 e São Geraldo do Araguaia com R\$136,06, segundo dados de 2010, do Sistema de Informação Territorial (SIT), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

#### *Mega Empreendimentos X populações ancestrais*

Os números quase sempre estratosféricos do setor costumam ser festejados em chamadas de capas dos jornais locais, que secundam as tensões e situações de conflito que os megas projetos provocam junto à sociodiversidade amazônica, entre eles camponeses, indígenas e quilombolas. Hidrelétricas, portos, rodovias, hidrovias e ferrovias integram o quadro de empreendimentos públicos e privados que pressionam territórios ancestrais e áreas de reservas ambientais, como é o caso da EFC.

#### *Duplicação da EFC pressiona territórios quilombolas*

A EFC possui 892 km e corta 25 localidades, sendo 21 só no Maranhão. Diariamente passam dois tipos de trens por essa ferrovia: o trem de passageiros e o trem cargueiro, que possui 332 vagões e mais de 3.400 m de comprimento. A duplicação de parte da Ferrovia de Carajás, inaugurada em 1985, no último ano de distensão da ditadura, tem

tirado o sono das populações quilombolas das comunidades de Monge Belo e Santa Rosa dos Pretos, cravadas nos municípios maranhenses de Itapecuru Mirim e Anajatuba, a 114 quilômetros de São Luís.

O território quilombola Monge Belo é composto por oito povoados (Monge Belo, Ribeiro, Bonfim<sup>19</sup>, Santa Helena, Juçara, Frade, Teso das Taperas e Jeibará dos Rodrigues). 300 famílias vivem nele. Em Santa Rosa dos Pretos sobrevivem 600 famílias em 13 comunidades, que são: Boa Vista, Pirinã, Barreiras, Leiro, Centro de Águida, Fugido, Barreira Funda, Sítio Velho, Picos I, Picos II, Santa Rosa, Curva de Santana e Alto de São João mencionadas como habitadas e quatro comunidades (Matões, Fazenda Nova, Pindaíba e Conceição) consideradas desabitadas.

Dados do relatório da Campanha Justiça nos Trilhos (Jnt) indicam que o projeto de duplicação da EFC prevê a construção de 46 novas pontes, 5 viadutos ferroviários e 18 viadutos rodoviários. As obras estão planejadas em duas fases (2010-2012 e 2012-2015). A primeira contemplou obras em Itapecuru-Mirim sobre os territórios quilombolas, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu e Açailândia, no estado do Maranhão e em Marabá, no estado do Pará. A empresa Norberto Odebrecht é a responsável pela obra. Em picos da construção, canteiros chegaram a ter mais de dois mil operários.

Defensores dos direitos da criança e do adolescente têm denunciado a prostituição infantil na EFC por conta das obras. Outro passivo social provocado pela ferrovia é o embarque clandestino de vulnerável. Por conta da situação existe uma ação pública contra a companhia na 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Luís. O assunto é tema de um processo administrativo (PA 116/2005 – 1ª PIJ) em tramitação na promotoria, cujo titular é o promotor de Justiça Márcio Thadeu Silva Marques. Desde 2005 a empresa vem procrastinando em assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

#### *Terras da Amazônia - Território em disputa*

A Vale incorporou uma faixa de território de 40 metros de cada lado da (EFC) dos territórios quilombolas. E para tanto chegou a pedir judicialmente a impugnação do reconhecimento das terras como de remanescente de quilombo. As comunidades buscam desde 2005 o reconhecimento do território, prestes a receberem o documento do governo federal foram surpreendidas pela ação da mineradora.

Sob uma lógica de caos fundiário, a disputa envolve além de quilombolas e a maior empresa da economia nacional, fazendeiros e camponeses, o Ministério Público Federal (MPF), a Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e organizações de defesa de Direitos Humanos, como a Campanha Justiça nos Trilhos (Jnt).

---

A duplicação da via férrea interferirá ainda em territórios indígenas, entre eles, a aldeia Mãe Maria, do povo Gavião, localizado no estado do Pará. No Maranhão poderá causar impactos nos territórios indígenas Caru (Guajajara e Awá-Guajá), Alto Turiaçu (povos Urubu Ka'apor, Timbira e grupos de awá-Guajá, nômades e isolados), Pindaré, entre Bom Jardim e Santa Inês (povo Guajajara e algumas famílias de Guaranis). Ocupar trechos da EFC tem sido a estratégia de variados grupos para abrir o diálogo com a Vale. A última ocupação ocorreu no dia 19 de julho deste ano, e reuniu 700 pessoas, em Alto Alegre do Pindaré, no Maranhão. Com vistas a enfrentar os passivos sociais e ambientais provocados pela EFC, prefeitos de 23 municípios estão organizados em torno de um consórcio municipal.

### *A peleja na Justiça*

Em 2011 o MPF do Maranhão moveu uma Ação Civil Pública contra a Vale e o Ibama, por conta das obras da duplicação de 2,4 quilômetros da EFC no município de Itapecuru Mirim. Os estudos realizados pela Vale omitiram uma série de dados sobre a região, e laudos realizados pela FCP e o Incra, que apontavam para necessidade de aprofundamento das pesquisas sobre os territórios quilombolas. No documento da Vale entregue ao Ibama na época, havia somente uma mera menção da existência de Monge Belo e Santa Rosa dos Pretos.

Em julho de 2012 as obras foram suspensas. A decisão foi do juiz federal da 8ª Vara de São Luís, Ricardo Macieira, que avaliou que a licença foi obtida sem a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). O desembargador Mário César Ribeiro, presidente do Tribunal Regional Federal, de Brasília revogou a liminar em setembro do mesmo ano.

Após as tensões, a Vale firmou acordo mediado pelo MPF, em que se comprometeu a realizar estudos visando à recuperação ambiental de rios e igarapés atingidos pela via férrea; a construir viadutos e melhorar passagens de nível para assegurar a travessia de moradores e veículos; recuperar cursos de água atingidos; realizar a medição da poluição do ar e sonora, por meio de aparelhos a serem instalados. Além disso, disponibilizar 700 mil reais, no prazo de 60 dias, para serem aplicados em construção de escola de ensino médio e implantação de projeto agrícola. A Campanha Jnt acusa que a empresa não tem cumprido o acordo firmado.

Há situações de conflito em todo o complexo que mobiliza os interesses da companhia e o projeto S11D, a exemplo do que ocorre nas ocupações Boa Esperança, Nova Esperança e a Vila Mozartópolis (Racha Placa), que conformam parte do entorno de interesse da mina no município de Canaã dos Carajás. No Pará o MPF tem mediado os conflitos relacionados com camponeses que terão de ser removidos para a implantação do ramal ferroviário. Em outro projeto que explora níquel ao sul do estado, a tensão ocorre com o povo indígena Xkirin do Cateté.

A omissão de informação, a insuficiência de dado e uma revisão bibliográfica limitada são características recorrentes nos estudos e relatórios de impactos ambientais

apresentados pelas grandes corporações para a obtenção de licenças de seus empreendimentos em solo amazônico. Outro item apontado pelos defensores de direitos humanos é a indiferença contra a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. A convenção orienta que as comunidades tradicionais sejam consultadas sobre a interferência em seus territórios.

Na quebra de braços entre Davi contra Golias, a Vale fracionou o pedido de licenciamento ambiental, como se a licença da mina em Carajás, a duplicação de parte da EFC, a reforma dos 57 pátios de cruzamento e a construção do quarto píer, no Porto da Ponta da Madeira, em São Luís fossem dissociados.

Conforme a assessoria jurídica da Campanha Jnt as obras continuam a todo vapor na cidade de Itapecuru Mirim. Assim como os problemas e a falta de respeito às populações atingidas. Segundo a assessoria, as estradas vicinais estão destruídas e o trem tem ficado até três dias parados num desvio, o que impede o direito de ir e vir das pessoas. Os quilombolas indicam como passivos do projeto a destruição de igarapés, a poluição das águas, a ocorrência de atropelamentos constantes de pessoas e animais, mudança no modo de vida das comunidades quilombolas e o comprometimento da segurança alimentar pela perda do território e dos recursos hídricos.

Outro passivo colocado pelo relatório da Campanha Jnt tem relação com o valor pago pelas benfeitorias, que não considera as perdas financeiras e a impossibilidade de continuação de algumas atividades. Alguns moradores tiveram que negociar parte de seus quintais, ficando com o espaço bastante reduzido, o que impossibilita a continuação da criação de animais de pequeno porte, como galináceos, outros moradores perderam canteiros em que cultivavam hortaliças.

A Campanha Jnt tem se constituído como uma pedra no caminho dos interesses da mineradora. Foi ela a responsável pela premiação que a Vale recebeu em 2012, “O Oscar da Vergonha”, como a pior empresa ambiental do mundo. O “Public Eye People’s” existe desde 2000. As ONG’s Greenpeace e a Declaração de Bernia são os organizadores. A chancela é entregue durante o Fórum Econômico de Davos, na Suíça. A Campanha é uma das organizações alvo da arapongagem realizada pelo setor de “inteligência” da corporação, conforme declarou à imprensa ex gerente do serviço demitido no começo do ano, André Almeida.

#### *A expropriação no quilombo do Pará*

Maria do Carmo é professora do ensino fundamental na comunidade São Bernardino. Mora desde menina no território quilombola de Jambuaçu, localizado no município de Mojú (PA). Atualmente está sendo processada pela Vale. 778 famílias moram em Jambuaçu. Elas estão distribuídas em 14 comunidades: Poacê, São Bernardino, Bom Jesus do Centro Ouro, Nossa Senhora das Graças, Sta Luzia do Traquateua, Santo Cristo, Conceição do Mirindeua; São Manoel; Jacundai; Ribeira e São Sebastião, segundo pesquisa da Nova Cartografia Social da Amazônia.

---

A educadora acredita que a causa esteja vinculada as diversas ações de resistência que, assim como ela, outras lideranças realizaram no período de maior conflito entre a empresa e os moradores do território. Dentre os episódios, o momento de maior tensão foi quando um grupo composto por 300 pessoas derrubaram uma torre de linha de transmissão de energia em dezembro de 2006, e fecharam a Rodovia Quilombola durante 51 dias.

As ações foram motivadas pelo não cumprimento do acordo, que na época era a construção da Casa Familiar Rural (CFR), escola de alternância para os jovens do território, um posto de saúde para as comunidades, a recuperação de 33 quilômetros de estrada que cortam as terras quilombolas, e a reforma de duas pontes danificadas por caminhões da Vale. Os pontos do acordo só foram cumpridos após a mobilização dos moradores.

Assim como Maria do Carmo, outras duas pessoas estão sendo processadas, Raimunda Gomes de Moraes e Manoel Almeida. Como registra a ação do Ministério Público Federal (MPF) “a Vale levou à Justiça Estadual vários quilombolas sob o fundamento de dano em suas instalações e ainda promoveu Notificação Extrajudicial das comunidades, numa clara tentativa de intimidá-los”.

Segundo o MPF, as fases do licenciamento ambiental foram acompanhadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA – PA), e nele foram estabelecidas as obrigações no qual a empresa deveria realizar com o objetivo de atenuar os impactos ambientais, sociais e econômicos gerados pela instalação do mineroduto e a linha de transmissão.

Dentre as condições que deveriam ser implementadas está o projeto de geração de renda (projeto produtivo) realizado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). De acordo com o presidente da Associação Quilombola de Jambuaçu (Bambaê), Ricardo Tavares da Silva, atualmente está sendo realizado um projeto de apoio à agricultura familiar realizado pela Norsk Hydro, empresa norueguesa, e a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta) na Casa Familiar Rural. “Esse projeto não é o projeto de geração de renda para as famílias que foram afetadas. Até porque quem irá realizar é a UFRA. Ele [projeto] foi feito para dar sustentabilidade à escola, e também para que os alunos possam aplicar os conhecimentos que aprendem em sala de aula”.

Os quilombolas acusam que a empresa não tem cumprido até o momento as condicionantes estipuladas em 2008. Conforme acordo firmado com o MPF do Pará, a empresa teria que apresentar programas de geração de renda e diversificação da produção agrícola para as áreas impactadas pelo empreendimento, contudo, como diz o texto apresentado pelos procuradores da República, Bruno Araújo Soares Valente e Felício Pontes Jr. “Ao invés de cumprir as condicionantes, implementando projetos para todos os quilombolas, a Vale acena com uma humilhante proposta que transforma obrigação ambiental em esmola”, criticam.

---



A proposta da empresa é executar o projeto desenvolvido pela UFRA para 58 famílias identificadas pela Coordenação das Associações Quilombolas e inserir duas culturas anuais como mandioca e feijão ou mandioca e milho, e ainda uma cultura perene, cupuaçu ou açaí, para cerca de 400 famílias que concordaram com o trabalho da UFRA.

Mediante o não cumprimento das condicionantes e como a presença do mineroduto infringe o direito e a integridade do patrimônio coletivo do território quilombola do Jambuaçu, o MPF solicita em ação judicial o pagamento no valor de cinco salários mínimos para cada uma das 788 famílias remanescentes de quilombo, e a implantação de projeto de geração de renda na comunidade.

### *Jambuaçu*

Mojú, norte do Pará. Do terminal rodoviário pode-se vê o rio que banha e batiza a cidade. É o “rio das cobras” em tupi. Situado na zona Guajarina, localizado no nordeste paraense, fica a 257 km da capital Belém. Moju ainda faz fronteira com oito cidades – Breu Branco, Tailândia, Barcarena, Acará, Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri e Abaetetuba. A cidade é o ponto de partida para chegar ao território quilombola de Jambuaçu distante 25 km do centro.

O transporte até o território quilombola é escasso. Há apenas dois horários de saída do terminal, um às 11 horas e o outro somente às 15horas, mesmo assim ainda não é certeza, e quando não sai deixa muitos moradores na mão.

Em 2006 o território ganhou as manchetes na mídia. Lideranças das comunidades que compõem o território derrubaram uma torre de linha de transmissão. Estas e outras mobilizações e ações de resistência tecem a luta que o território vem travando desde 2004, quando a Vale iniciou a instalação de parte do projeto da Mina de bauxita, localizada no município de Paragominas, sudeste paraense. Trata-se da terceira maior mina de bauxita do mundo, com capacidade de produzir 9,9 milhões de toneladas anuais.

A ação pública ambiental movida pelo MPF explica que o empreendimento contempla uma mina de bauxita denominado de Miltônia 3; linha de transmissão de energia elétrica para suprir a demanda que o empreendimento necessita; construção de mineroduto para realizar o transporte de polpa de bauxita com 244 quilômetros de extensão, tendo início em Paragominas e terminando na empresa Alunorte, no município de Barcarena. O mineroduto percorre cinco municípios, Ipixuna do Pará, Tomé-Açú, Acará, Abaetetuba e Mojú. Além dos projetos do alumínio, as populações da região socializam os impactos da monocultura do dendê, incentivada pela política federal de biodiesel, também controlada pela Vale.

As plantas industriais da Alunorte e Albrás integram a cadeia produtiva do alumínio no Pará são consideradas as maiores do mundo. A primeira transforma a bauxita em alumina, e a segunda a alumina em alumínio. A energia elétrica é o principal insumo. A Mineração Rio do Norte, que também fez parte do portfólio da Vale, explora bauxita

desde a década de 1980 na cidade de Oriximiná, no sudoeste do Pará. A cadeia do alumínio paraense tem ainda em sua composição a estadunidense Alcoa, que explora a matéria prima para a produção de alumínio no Baixo Amazonas, no município de Juriti, oeste paraense.

### *Coisa de gigantes*

Em 2010 a Vale repassou o controle acionário da cadeia do alumínio para a norueguesa Norsk Hidro ASA numa operação realizada em 2010, em Oslo, Noruega. Parceira da Vale há 40 anos a Hidro já detinha 34% das ações. Informação publicada no site da empresa explica que a operação inclui a transferência do controle de Paragominas, 91% de participação na refinaria de alumina Alunorte, 51% na fábrica de alumínio Albras e 81% na futura refinaria de alumina CAP, e a Vale passa a deter 22% das ações da Hidro.

O site da Hidro esclarece que o projeto CAP é uma refinaria de alumina em implantação, com capacidade anual de produção de 1,86 milhão de toneladas e potencial de expansão de até 7,4 milhões de toneladas, abastecida principalmente por Paragominas. A Hydro já detinha 20% da CAP, e passará a controlar 81% com essa operação. A empresa existe desde o começo do século passado e opera em 40 países dos cinco continentes.

Terras de negros – terras de engenhos de cana de açúcar  
Tanto as linhas de transmissão de energia elétrica e o mineroduto atravessam o território de Jambuaçu, contudo o processo de titulação do território começou em 2001, o que garante aos remanescentes de quilombolas o direito a terra, e, por conseguinte o direito ao trabalho, à preservação da cultura, dos costumes e das tradições.

O fator histórico é outro ponto de destaque na garantia de direitos aos remanescentes de Jambuaçu. A presença do negro na Amazônia está marcada nas obras de Vicente Salles como um importante documento historiográfico baseado na revisão de documentos oficiais e jornalísticos datados dos séculos XVII a XIX. No livro *O negro no Pará – Sob o regime da escravidão* relata que ao longo do rio Moju, assim como no rio Acará, Capim e Guamá, registra a ocorrência de muitos engenhos de lavoura de cana de açúcar, cultivada a partir da mão de obra escrava. A grande concentração de negros na região se deve pela importância econômica que a cidade representou na época, concentrando ali um dos maiores mocambos do estado.

Em Jambuaçu a Convenção 169 da OIT também foi ignorada. Muitos moradores do território assinaram de forma individual o Instrumento Particular de Constituição de Servidão, Transação, Quitação e Outras Avenças para alienarem suas terras como fez Maria do Carmo 51 anos, presidente Associação da Comunidade São Bernardino. “O termo foi assinado de forma individual e sem conhecermos o que estávamos assinando. Eu falo por mim, eu sou professora, mas na época não tínhamos o conhecimento que temos hoje. Eles apenas chegavam e diziam assim: olha esse projeto é do Governo

Federal, então vocês não podem fazer nada. Como nós não tínhamos a visão que temos hoje fomos obrigados a procurar quem nos orientasse”.

Ela ainda informa que muitos moradores da comunidade souberam que seria construído o mineroduto ou as linhas de transmissão quando as máquinas já estavam trabalhando na área e derrubando a mata para limpeza do terreno. As comunidades de Jambuaçu vivem em sua grande maioria da agricultura familiar, da pesca, criação de pequenos animais e do extrativismo, como a coleta de ouriços da Castanha do Pará.

O MPF apontou na ação pública que o acordo estabelecido de forma individual estabeleceu limites para a produção agrícola aos moradores que assinaram o termo, o que levou muitas famílias a miséria, como foi verificado pela inspeção judicial. Quanto à indenização o valor foi irrisório, e determinado de forma unilateral pela Vale.

Durante a entrevista Maria do Carmo recorda que antes da presença da empresa a maior dificuldade para o território era o deslocamento até a cidade, porque não tinha a estrada, e o transporte era fluvial. “Mas em compensação os nossos produtos eram totalmente diferentes, tinha fartura, se conseguia viver da terra, esse era o sustento da minha família” acrescenta.

A Comissão Pastoral da Terra da Região Guajarina (CPT) informou que houve uma perda de 20% do território das comunidades quilombolas, o que representa 2.400 hectares de terras após a implantação dos minerodutos e da linha de transmissão.

#### *Os impactos perduram*

Os impactos ambientais causados pelo empreendimento vão desde o assoreamento, alteração da navegabilidade e modificação da qualidade de igarapés e do rio Jambuaçu. Estes e outros problemas ambientais podem ser vistos nos relatos publicados pela Nova Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – Quilombolas de Jambuaçu – Moju, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a professora Rosa Elizabeth Acevedo Marin da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Maria de Nazaré Silva Rodrigues, 32 anos, presidente da Associação Quilombola de Santa Maria do Traquateua informa que a empresa reconhece como atingidos apenas 58 famílias. O fato, segundo ela, gerou uma crise interna no movimento pela exclusão da maioria da população das 14 comunidades. Assim, as 58 famílias que receberam a indenização, em nome da coletividade, decidiram pela divisão do recurso com as demais famílias afetadas, mas que não eram reconhecidas pela empresa. Por conta da decisão, as 58 famílias foram multadas e ficaram sem receber quatro salários mínimos. “Isso só enfraqueceu o território, gerou desunião e fortaleceu a Vale” avalia.

Diante dos impactos e do processo judicial que Maria do Carmo enfrenta com a Vale, ela diz que se sente triste pela situação do território, das várias lutas que vem enfrentando e em tom de desabafo faz algumas previsões preocupantes. “Essa comunidade aqui está em extinção. Nós estamos sabendo que nesse território vai passar

gasoduto, linha de trem, mais linhas de transmissão. E vai chegar um tempo que a comunidade vai sair, porque onde vai passar gás você não vai poder morar. É uma preocupação minha: aonde nós iremos? Pra cidade? O agricultor vai ter que comprar tudo, porque ele não tem como plantar indo pra cidade, tudo vai ser diferente, então isso é uma preocupação minha”.

---

### **Novo Código Florestal beneficia o capitalismo selvagem. Jornal da Ciência – Site do MST. 29/07/2013**

Mesmo com a aprovação do Código Florestal (Lei 12.651 de maio de 2012, alterada pela lei 12.727 de outubro de 2012), ainda há pontos polêmicos.

Foi esse o tema central da mesa redonda “Código Florestal Brasileiro: avanços e retrocessos”, realizada nesta terça-feira, dia 23, na 65ª Reunião Anual da SBPC, no Recife.

O professor José Antonio Aleixo da Silva, da UFPE, coordenou o debate que teve a participação do biólogo Sergius Gandolfi, da USP, e do advogado Rodrigo Lima, da Agroicone.

De acordo com Gandolfi, a proteção ambiental não atrapalha o agronegócio, mas é preciso investir em ciência para que haja mais eficiência. “É preciso fazer uma adequação das áreas por vocação. Com investimento em C&T, a reserva legal, por exemplo, pode ser um novo ponto de produção na propriedade rural”, afirmou.

Para o biólogo, o debate deve continuar, a sociedade deve cobrar do Judiciário que declare a inconstitucionalidade da lei ou de pontos específicos. “É preciso resistir e insistir.

No momento, existem quatro ações no Supremo Tribunal Federal questionando essa lei”, disse Gandolfi. Ainda, segundo ele, é preciso insistir em educar e informar as pessoas quanto ao código.

As ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) a que Sergius se refere foram ajuizadas pela Procuradoria-Geral da República (ADIs 4901, 4902 e 4903) e pelo PSOL (ADI 4937) que questionam dispositivos do novo código. Foram mencionadas regras relacionadas às áreas de preservação permanente, à redução da reserva legal e também à anistia para quem promove degradação ambiental.

Uma das críticas é a definição das áreas de preservação permanente (APP) das matas ciliares. A lei em vigor prevê que essa definição seja estabelecida a partir da calha do leito regular. Isso, no entanto, não garantiria o nível máximo de proteção ambiental.

Outro ponto polêmico é a permissão do uso agrícola de várzeas na agricultura familiar em áreas com até quatro módulos fiscais. A extensão do módulo fiscal – que serve de

parâmetro para classificação fundiária – varia de cinco a 110 hectares, dependendo do município.

Os maiores módulos fiscais concentram-se nos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Roraima e Mato Grosso do Sul. Nessas áreas, quatro módulos fiscais equivalem a uma grande extensão territorial, o que não corresponderia a uma propriedade destinada à agricultura familiar.

O advogado Rodrigo Lima alerta para a insegurança jurídica do código.

Segundo ele, as mudanças de regras ao longo do tempo criaram um cenário de insegurança para quem desmatou seguindo a lei da época. “Em 1965 foi criada uma regra para as Áreas de Preservação Permanente. Em 1986, uma nova lei aumentou os limites mínimos dessas áreas. Quem já tinha desmatado precisa recuperar?”, questiona.

Ele falou de outras normas como a exclusão da proteção das nascentes e dos olhos d’água intermitentes e a permissão para novos desmatamentos sem que haja recuperação dos já realizados irregularmente.

Rodrigo Lima ressaltou atuação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência na discussão. “A SBPC fez muitas críticas, inclusive quanto à diferenciação entre urbano e rural. Logo, as APPs urbanas exigirão atenção especial”, avalia.

Rodrigo considera que serão necessários dez anos para que se promovam as mudanças necessárias para os avanços na lei. “O código é o meio do caminho, que avançará com uma negociação que não é trivial. A agenda é extensa e exigirá a participação de todos”, afirmou.

O biólogo Sergius Gandolfi propõe uma análise sobre a degradação ambiental. “Primeiro, precisamos entender que, no Brasil, ela não é obra do acaso, é um processo bem conhecido e extremamente documentado pela ciência por décadas de trabalho. Em geral, os estudos mostram que as propriedades agrícolas no Brasil são mal utilizadas”, disse.

Para Gandolfi, o enfoque da lei de 1965 era a proteção. “As restrições eram para o bem da sociedade. A substituição pelo atual código beneficia o capitalismo selvagem”, disse, apontando o agronegócio como responsável pela destruição do meio ambiente. “O que estamos assistindo é um processo bancado pelo agronegócio, que quer voltar a uma situação de neoliberalismo, onde o Estado não fale nada a respeito, apenas atenda a demanda dos proprietários”, avaliou.

Segundo o biólogo, a falta de fiscalização e de punição beneficiam os grandes proprietários. “Eles vão lucrar com as terras que antes tinham que preservar. Os cientistas e outros atores sociais não tiveram o mesmo acesso à imprensa que o setor do agronegócio”, criticou.

---

## **"Miss Desmatamento" Kátia Abreu perde processo contra Greenpeace. Racismo Ambiental – Site do MST. 29/07/2013**

Em 2009, três ativistas do Greenpeace foram detidos no Senado após tentarem entregar à senadora Kátia Abreu (DEM-TO) uma faixa de Miss Desmatamento.

A Justiça deu razão ao Greenpeace em uma ação movida pela senadora ruralista Katia Abreu pedindo indenização por danos morais, após a organização realizar um protesto no Senado em 2009 referindo-se a ela como “miss desmatamento”.

Na época, Kátia era relatora da MP 458, conhecida como “MP da Grilagem” por permitir a legalização da invasão de terras na Amazônia. A decisão unânime dos desembargadores Waldir Leônio Lopes Júnior, J.J. Costa Carvalho e Sérgio Rocha indica que “não houve (...) exercício abusivo da liberdade de manifestação do pensamento e da expressão” e que “a liberdade de pensamento não pode ser tolhida nesse caso, já que atende plenamente ao interesse da sociedade”.

Em tempos em que o Brasil de Brasília, onde abundam os interesses obscuros, se contrapõe ao Brasil das ruas, em que a população clama pelo melhor uso de seus recursos, uma decisão como essa lembra a todos que a liberdade de expressão é uma das ferramentas mais poderosas dos cidadãos para questionarem o que está errado.

“Essa decisão não é só favorável ao Greenpeace e à sua atuação. Ela representa um avanço democrático para o todo o país”, diz Fernando Rossetti, diretor-executivo do Greenpeace Brasil. “Nunca iremos nos calar diante das ameaças que o meio ambiente sofre”, conclui.

“A decisão da Justiça é marcante e versa sobre algo muito mais amplo do que liberdade de manifestação. O que os desembargadores entenderam é que, como senadora, Kátia Abreu necessita dar satisfação de sua atuação pública e pode ser questionada por isso”, diz Fernando Furriela, advogado do Greenpeace Brasil.

O Greenpeace é uma organização ambientalista independente. Não recebe dinheiro de políticos, governos nem empresas – nosso trabalho é financiado apenas por indivíduos e aplicado na busca por um mundo mais equilibrado.

É essa independência que nos permite cumprir nossa missão: expor os crimes ambientais e desafiar os tomadores de decisão a reverem seus conceitos.

A natureza precisa de ajuda. Junte-se a nós na busca de um país grandioso sim, que sabe conciliar crescimento com preservação.

---

## **Sucesso sustentável no sertão ameniza o impacto da seca. Letícia Lins – O Globo, Ciência. 30/07/2013**

*Sociedade nordestina se mobiliza para construir cisternas e outros tipos de unidades de captação de água para quase 500 mil famílias*

CAIANA, RIO GRANDE DO NORTE - Uma experiência da sociedade civil mostra que é possível enfrentar o difícil clima do semiárido nordestino sem gastar rios de dinheiro. O Nordeste costuma ter a imagem associada à fome, à sede e à pobreza provocadas pela seca. A região abriga o mais populoso semiárido do planeta. São 22 milhões de habitantes, distribuídos em 1.133 municípios, que se espalham por 915 mil quilômetros quadrados.

Curiosamente, a área é tida, também, como o semiárido mais chuvoso do mundo, com registros de precipitações pluviométricas que chegam a 800 milímetros anuais. As chuvas, no entanto, são concentradas em determinadas épocas do ano.

Como resultado a conta não fecha, porque a água da chuva evapora rapidamente devido aos altos índices de insolação da Caatinga. Em poucos meses, a água acaba.

Os programas governamentais têm alcançado resultados pífios na amenização dos efeitos da seca, seja com medidas assistencialistas ou com a realização de obras que consumiram décadas de trabalho e dinheiro. Mas um trabalho bem-sucedido buscou soluções simples e baratas.

Ele é resultado da maior mobilização da sociedade civil no Nordeste, onde três mil entidades — entre sindicatos, associações comunitárias, instituições religiosas, organizações não-governamentais e conselhos municipais — participam da Articulação no Semiárido. A rede ASA, como é mais conhecida, surgiu em 1999, com a proposta de implantar 1 milhão de cisternas no agreste e no sertão nordestinos, para garantir água potável a 5 milhões de famílias.

A ASA criou o PM1C, o Programa Um Milhão de Cisternas que, pouco a pouco, muda a paisagem e a vida do sertanejo, antes fadado a andar até dez quilômetros por dia para conseguir uma lata de água, muitas vezes de má qualidade, para abastecer a família. As cisternas implantadas pela ASA somam hoje mais de 476 mil unidades de 16 mil litros em residências e mais 850 de 52 mil, em escolas que antes dependiam do carro-pipa para ter acesso à água.

De acordo com a ASA, a boa administração da chamada cisterna de placa, que capta água pluvial, garante o consumo doméstico de água fica garantido nos meses de escassez de chuva. De tecnologia simples e barata (a implantação custa R\$ 2,4 mil por unidade), os reservatórios provocaram grandes mudanças na vida dos sertanejos.

Sem precisar passar tanto tempo em busca de água, eles puderam se dedicar mais às pequenas plantações que sustentam suas famílias. Educação e lazer se tornaram acessíveis pela primeira vez para algumas das famílias beneficiadas.

Moradora do sítio Pai Antônio, na comunidade de Caiana, em Campo Grande, Rio Grande do Norte, a agricultora Damiana Fernandes da Silva, de 39 anos, não gosta nem de lembrar da vida que levava antes:

— Ave Maria, a mudança é grande! — comemora, mostrando a cisterna que abastece a família de cinco pessoas. — Quando não tinha inverno (referindo-se à estação chuvosa), a gente cavava a mão um poço ou o leito do rio, procurando água. Para lavar a louça, andava com a bacia na cabeça por mais de dois quilômetros. Naquele tempo morria muita criança de diarreia. Hoje tenho água em casa. No dia 19 de abril, em uma só noite, caiu uma chuva que encheu tudo.

Se somadas as cisternas domésticas a outras iniciativas de captação e conservação de água, as 80 famílias do vilarejo vivem do que plantam, em pleno sertão. Além do milho e do feijão, Damiana cultiva hortaliças, frutos e plantas medicinais. O mesmo acontece com os lavradores da cidade vizinha de Areia Branca, a 232 quilômetros de Natal.

Embora ainda não tenha atingido o objetivo traçado de implantar 1 milhão de cisternas, a ASA já começou a executar uma iniciativa complementar: o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que consiste no uso de tecnologias simples que garantam água para os animais e a lavoura de famílias do sertão.

Neste segundo programa, até o momento, já foram implantadas quase 19 mil unidades de captação de água. São barragens subterrâneas, barraginhas (diversas pequenas barragens), BAPs (bombas de água) e barreiros-trincheiras (construídos sob o solo). Outras tecnologias, tão simples quanto as necessidades do homem da Caatinga, também vêm sendo implementadas pelo programa, como tanques de pedras e caldeirões, além de cisternas de vários tipos, como a calçadão e a enxurrada. Essas técnicas aproveitam a água da chuva e garantem às famílias água para seus pequenos rebanhos e para o plantio. Enquanto o primeiro programa era voltado apenas para o abastecimento da casa.

### *Processo libertador*

Iniciativas como estas permitiram aos moradores de Caiana atravessar a última seca, tida como a maior dos últimos 50 anos, sem o registro de mortes de animais. Além das cisternas, a comunidade conta com uma BAP, instalada em um poço que passou duas décadas desativado. A água não é lá essas coisas, mas mata a sede do rebanho. Com cinco filhos, João Fernandes Nogueira, 59 anos, e a mulher, Rita Maria de Paula, de 49, garantiram o abastecimento familiar com a cisterna. Já com o poço, conseguiram manter o roçado e os bichos.

— Tenho 15 bodes e algumas ovelhas, e nenhum morreu na seca, devido à água do poço, que também serviu para lavar louça e as roupas — conta ele. — Conseguimos plantar milho, feijão, melancia e jerimum.

Perto dali, José Maria da Costa, 55, e a mulher, Expedita Almeida Fernandes, 51, também comemoram: os dezoito bois, as cinco ovelhas e os três bodes sobreviveram à seca. Eles conseguiram dar água aos animais com uma barraginha, que também serviu à plantação. Antes obrigado a andar três horas por dia atrás de água, o jumento Cabano está agora aposentado no pasto.



Outra moradora, Maria Nogueira, de 80 anos, com seis filhos, comemora. Ela nasceu em 1932, ano de uma grande seca. E já perdeu as contas das outras que enfrentou. Hoje, com duas cisternas, tem seis cabeças de gado e dez ovelhas que sobreviveram à seca. Seu filho vendeu seis bois durante a estiagem.

Na semana passada, a ASA reuniu mais de 2 mil pessoas no município de Areia Branca, a 232 quilômetros de Natal, para participar da inauguração de implementações do P1+2. Para este projeto, a organização vem ganhando apoio importante do governo federal — através do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome — e de empresas e bancos estatais, como a Petrobras, o BNDES e o Banco do Brasil. Na festa, um dos mais eufóricos era Antônio Pinheiro, o seu Totonho, de 65 anos, do sítio Boa Sorte, em Areia Branca, que exibia orgulhoso os produtos do roçado. Em sua propriedade, há cisterna de placa, cisterna de enxurrada e, por conta própria, fará um barreiro-trincheira.

— Eu antes via a chuva e ficava triste, vendo a água escorrer e ir embora. Agora não posso mais reclamar — comemora.

Na semana passada, o diretor de Exploração e Produção da Petrobras, José Miranda Formigli, confirmou repasse de R\$200 milhões à ASA, que permitirão a implementação de 20 mil de unidades do P1+2, para beneficiar famílias de 210 municípios nordestinos. Ele também prometeu doar poços perfurados pela Petrobras a comunidades do sertão do Rio Grande do Norte. No estado, fica o maior campo terrestre de extração de petróleo do país.

Para Naidison Baptista, um dos coordenadores da ASA, essas tecnologias simples, associadas a uma grande rede de proteção social, fazem o homem da Caatinga passar por um processo libertador:

— Com água em casa, as pessoas entraram em uma outra dimensão da cidadania. Com o prolongamento da seca, a água de muitos desses reservatórios até se acabou. Mas muitas comunidades, em vez de entrar na fila para mendigar a água, pediam a pipa para abastecer suas cisternas. Em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, houve vilarejos onde os prefeitos queriam escolher os beneficiados pelos carros-pipas. Mas os moradores disseram a eles: “sua tarefa é abastecer, o processo de distribuição é conosco”.

Questionado sobre o motivo dessa mudança, ele lembra que os beneficiados pelo programa não precisam mais trocar o voto por água. Sendo impossível combater a seca, argumenta, não resta outra solução senão conviver com ela.

— Há duas questões fundamentais — aponta Baptista. — A primeira é o acesso à terra. Temos 2 milhões de famílias de pequenos agricultores que vivem no semiárido. Eles representam 42% de toda a agricultura familiar do país, mas ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis. A segunda é que precisamos desenvolver uma nova mentalidade, tecnologias e concepção de estoque. Estoque de água, alimentos, sementes e animais

adaptados para o semiárido. Se criarmos esse arcabouço, pode vir a seca que for, as pessoas vão aprender a conviver.

---

### **No nordeste, indústrias lucram com a seca e comunidades não tem água. Coletivo Nigéria – Site do MST. 31/07/2013**

Leva-se uma hora para chegar da nova à velha Jaguaribara em um barco de alumínio com um motor de popa de 25 HP. A extensão do Castanhão, o maior açude cearense, impressiona, mas o nível d'água baixou tanto nos últimos dois anos que a antiga sede do município, inundada há uma década pela própria barragem, emergiu.

A seca reduziu à metade a capacidade de 6,7 bilhões de metros cúbicos do Castanhão, que perde 22 mil litros de água por segundo, quase metade deles conduzidos pelo Eixão das Águas, o canal de transposição, à região metropolitana de Fortaleza. O sistema Castanhão-Eixão das Águas responde por 37% da capacidade de armazenamento de água do Ceará.

A reparação da antiga Jaguaribara, que jazia sob a obra de engenharia hidráulica que prometia reduzir drasticamente os efeitos da seca no Vale do Jaguaribe, tem um quê de fantasmagórica no período mais árido que o Ceará enfrenta nos últimos 50 anos. Dos 184 municípios do entorno do rio Jaguaribe, represado pela barragem, 175 estão em situação de emergência.

A nova Jaguaribara, a cidade planejada que substituiu a que foi submersa pelo açude, está sendo abastecida por carros-pipa e seus moradores chegam a pagar R\$ 8 o quilo do feijão, enquanto os pequenos agricultores às margens do Eixão, o canal que abastece Fortaleza, precisam repartir a água com os animais e vêem suas lavouras perdidas.

A mais de 200 quilômetros dali, porém, o Castanhão, via Eixão das Águas, garante a água na capital cearense e, em breve, vai suprir também a demanda hídrica do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, o maior projeto de infraestrutura para o desenvolvimento econômico do Ceará, localizado na região metropolitana da capital. Resta apenas concluir o quinto trecho do Eixão das Águas – que então terá 255 km de extensão – o que está previsto para setembro.

A água do Castanhão vai completar seu trajeto do sudeste do Estado, onde está o açude, ao litoral cearense. O objetivo final é o complexo industrial conjugado ao porto, que vem registrando crescimentos anuais entre 20% e 30%, composto por uma siderúrgica da Vale, uma refinaria da Petrobrás e duas usinas termelétricas da empresa MPX, do grupo de Eike Batista - que já opera com uma das usinas e vai colocar a outra em funcionamento nos próximos meses.

As duas usinas térmicas, planejadas para gerar 1.085 MW, vão consumir até 800 litros de água por segundo. A demanda total de água prevista para o complexo é de 5 mil l/s de “água bruta” – o termo técnico para a água doce não tratada.

### *Dez anos de promessas não cumpridas*

Em um cenário em que 71 dos 143 reservatórios monitorados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh) estão com níveis abaixo de 30%, o Castanhão, inaugurado em 2003, cumpre missão de seguir abastecendo Fortaleza, que concentra mais da metade da população do Estado, e de parte considerável do agronegócio no Estado, como a produção de frutas para exportação no perímetro irrigado da Chapada do Apodi, com altas taxas de crescimento.

Mas, como mostra a situação dos moradores de Nova Jaguaribara, ainda não trouxe benefícios à população local, nem mesmo aos que perderam suas casas para a obra.

Dos 22 mil litros por segundo de vazão do Castanhão, 10 mil seguem pelo Eixão das Águas e 12 mil são despejados no leito do Rio Jaguaribe – o maior rio cearense, com cerca de 600 km de extensão, margeado por empreendimentos do agronegócio. Esse volume de água explica por que, ao contrário de Recife, por exemplo, nem a seca prolongada trouxe ameaça de racionamento à capital cearense, destaca o coordenador geral do Complexo do Castanhão, José Ulisses de Sousa, engenheiro do Departamento de Obras Contra as Secas (Dnocs).

Por outro lado, nem todos os 18 assentamentos planejados para receber as famílias desalojadas pela barragem foram concluídos. A maior parte dessas famílias era arrendatária de terras alheias e não recebeu indenização pelas casas perdidas. Na ponta final do Eixão das Águas, a obra atingiu os índios Anacé, que tiveram uma lagoa aterrada, riachos represados e perderam suas terras para grandes indústrias e para a infraestrutura do governo.

Houve esperança no início. Os primeiros assentamentos a serem construídos, como o Curupati Peixes, desenvolveram com sucesso a piscicultura em Jaguaribara, e hoje o Castanhão é pontilhado por gaiolas para a criação de peixes em cativeiro, principalmente tilápias. Segundo, o engenheiro Ulisses, “é o maior parque piscicultor do País”.

Outros assentamentos foram destinados à pecuária leiteira, como o Mandacaru, em que cada família recebeu três hectares de terra para o cultivo do pasto. Mas as “matrizes” – as vacas leiteiras – que deveriam chegar de Minas Gerais, como prometido à época da inundação, uma década depois ainda não chegaram.

“Concordo que é um pouco tarde”, concede Ulisses. “É a questão da burocracia do sistema do governo brasileiro. Nós temos vários órgãos fiscalizadores, temos uma Lei de Licitações engessada, que proíbe a gente de correr. Não tem como. A gente fica engessado. Tem que esperar licitação, Procuradoria dar parecer, ai demora mesmo. Agora que é tarde, é”, reconhece o engenheiro.

“Existe um débito do governo com essas comunidades, mas em nenhum momento parou-se de trabalhar em cima de alcançar o objetivo do projeto inicial do Castanhão”, afirma.

Ulisses também reconhece que é um “absurdo” que as comunidades às margens do Castanhão tenham que ser abastecidas através de carros-pipa. Dos 820 caminhões da Operação Carro-pipa no Ceará – coordenada pelo Exército e pela Defesa Civil e responsável por atender a 134 municípios do estado –, dois deles abastecem exclusivamente Jaguaribara, incluindo casas da sede do município.

“Essas coisas pretas são do pipa mesmo”

O dono e motorista de um destes caminhões é Fabiano Souza, de 33 anos, que encontramos despejando 8 mil litros de água na cisterna do agricultor Francisco Ferreira Sobrinho, o seu Zé Vital, a cerca de 300 metros de uma das margens do açude. A água é captada a alguns quilômetros dali, na estação de tratamento da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), e não tem muito boa cara dentro da cisterna de seu Zé Vital.

“Essas coisas pretas assim são do pipa mesmo, ferrugem talvez. Não tem problema não porque a gente bota no filtro e bota na geladeira. A gente bebe dela aqui e nunca ninguém adoeceu, não”, confia seu Zé Vital.

No centro comercial de Jaguaribara a revolta com a falta d’água na vizinhança do açude transborda na fala de Dona Jacinta Sousa, 48 anos. Para reforçar a dificuldade por que passa o município ela pega uma maletinha de ferramentas repleta de pequenos blocos de anotações, que registram os muitos débitos não saldados em seu comércio. “Eu tenho raiva quando pego nela!”, diz, fechando a valise e jogando-a mais uma vez para debaixo de seu birô.

Em Jaguaribara, quase todas as mercadorias vêm de fora. Segundo os entrevistados, o peixe, criado nos projetos de piscicultura, é a única opção de renda da cidade – além das aposentadorias, das bolsas governamentais e dos empregos na Prefeitura. Praticamente todas as frutas e verduras do comércio vêm de Fortaleza ou da Chapada do Apodi, com preços inflacionados pela seca. Ou seja, além do prejuízo na lavoura, os pequenos agricultores precisam pagar até duas vezes mais para comer.

As chuvas de abril, maio e junho, que amenizaram os impactos da estiagem, não significaram o fim da seca – especialmente porque o segundo semestre é naturalmente o período de estio no semiárido brasileiro. Também não alteraram consideravelmente os níveis dos açudes, apenas dois deles estão com mais de 90% de seus níveis máximos: Curral Velho e Gavião, ambos alimentados pelo Castanhão.

O primeiro, localizado no município de Morada Nova, é o marco entre os trechos I e II do Eixão das Águas; o segundo, na região metropolitana de Fortaleza, fica na intersecção entre os trechos IV e V, de onde parte tanto a água da capital quanto a tubulação de 55 km que leva ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

No percurso entre um e outro reservatório, porém, populações das margens do canal sofrem com a escassez de água – como os moradores do Assentamento Amazonas e da comunidade Piauí de Dentro, localizados na fronteira entre os municípios de Morada Nova e Russas.

No Assentamento Amazonas, que cobre uma faixa de terra de 3.700 hectares, cortada pelo Eixão, o ano passado e os primeiros três meses deste foram improdutivos, com água suficiente apenas para a sobrevivência. Além do abastecimento do carro-pipa, que enche as cisternas de uma a duas vezes por semana, uma outorga da Cogerh autorizou retirar 15 mil litros de água por dia do canal.

Mas, embora o assentamento exista há 15 anos, não há adutora instalada para abastecer as mais de 50 famílias. Eles têm que pagar um trator para transportar a água, por 25 a 30 reais a carrada (mil litros). Conforme o tamanho do rebanho e da família, isso significa desembolsar até R\$ 150 por semana, retirados das bolsas governamentais e aposentadorias.

Os assentados Irmão Nem, presidente da associação dos assentados, e Antônio Porfírio, o Tonhão, que ocupava esse cargo quando foram feitas as negociações para que o canal cortasse a terra do assentamento, afirmam que até hoje as promessas da época da construção do Eixão das Águas não foram cumpridas.

“Na época, eles indenizaram essa parte aqui [a faixa de terra por onde hoje passa o canal]. Mas quando foi pra passar o pique, veio uma equipe do governo e prometeu que deixava áreas irrigadas aqui pra nós.

No caso, ele prometeu 50 hectares, pelo menos meio hectare de irrigação pra cada um. Sendo 46 de irrigação e 4 hectares de tanque de peixe. Mas infelizmente já se passou o tempo e até hoje ninguém encontrou isso aí”, conta Irmão Nem.

#### *Na Fazenda Melancias tem água*

A poucos quilômetros dali, porém, uma adutora abastece a Fazenda Melancias, propriedade da Agropecuária Esperança que pertence a um dos maiores grupos econômicos do Ceará – o Grupo Edson Queiroz, dono de emissoras de televisão e rádio, jornal, universidade, fábricas de eletrodomésticos, distribuidoras de água mineral e gás butano etc.

Dois grandes canos captam água do Eixão para irrigar a pastagem, que alimenta o rebanho de ovinos e caprinos. Entre 2003 e 2011, a empresa foi flagrada três vezes pelo Ministério Público do Trabalho pelo uso de trabalho escravo em outras de suas fazendas no Maranhão e no Piauí.

Na lista de outorgas para o Eixão, sete estão em nome da Agropecuária Esperança, totalizando uma vazão de 2.318 litros por segundo. Questionado sobre o assunto, o diretor de Planejamento da Cogerh, João Lúcio, afirmou que a vazão para a fazenda foi reduzida para priorizar o abastecimento da grande Fortaleza na estiagem, e negou a existência de privilégios no acesso à água.

“Se houver disponibilidade, essa água vai atender o pequeno e vai atender o grande. Não desconhecemos a questão política, porque a gente sabe que a sociedade tem suas

correlações de forças, mas nós temos nossa visão aqui na Cogerh. Se tiver água, nós vamos atender os pequenos e vamos atender o grande”, insistiu.

De fato, a lista com 240 outorgas ao longo do canal é formada principalmente por pequenos usuários, que consomem volumes entre 0,4 e 10 l/s. Contudo, não é possível precisar quantos destes estão na mesma situação do Assentamento Amazonas, que possui a outorga, mas não a adutora.

A instalação da adutora é de responsabilidade de quem solicita a outorga e os trabalhadores rurais não tem como bancar esse custo, o que prejudica toda a atividade econômica nas pequenas propriedades.

Mesmo quando já há investimento do Estado para as adutoras, outros problemas podem inviabilizar o abastecimento das comunidades. A Secretária de Recursos Hídricos – órgão ao qual está subordinada a Cogerh – investiu R\$ 6,5 milhões em 23 sistemas de abastecimento que atendem a 32 comunidades localizadas a uma distância de até 2 km das margens dos trechos I, II e III do Eixão.

Segundo a secretaria, foram construídas infraestrutura de captação, adução, reservação e chafariz para estas comunidades e outros 12 sistemas estão em fase de licitação. No entanto, ressalva feita pela própria assessoria do órgão, seis dos sistemas já instalados estão parados por falta de infraestrutura suficiente de energia elétrica, de responsabilidade da Companhia Energética do Ceará.

*Da varanda se vê, mas não chega na casa*

Apesar de não ter sido citada pela secretaria, este parece ser o caso da comunidade de Piauí de Dentro – vizinhas ao Assentamento Amazonas –, em que as 60 famílias continuam sem acesso à água do Eixão. A agricultora Maria Glécia, de 31 anos, conta que a adutora instalada pelo programa da SRH com recursos do Fundo de Combate à Pobreza funcionou durante uma hora e meia. Há mais de um ano está parada, assim como estão sem uso a caixa d’água e o chafariz construídos para distribuir a água.

“Agora tá até bom, tá chovendo um pouquinho... Mas foi ruim, viu? 2012 a gente vendo os bichos morrer... E a gente também. Tinha dia que não tinha água. A gente sabia que tinha aqui, mas como tirar?”, pergunta.

Glécia mora com a família a menos de 40 metros do canal. A varanda dá vista para o cânion de 30 metros de profundidade formado depois que o topo de serra foi dinamitado para a passagem da água, por gravidade, do Castanhão ao litoral. Mas, como não é possível manualmente puxar a água através do cânion, ela precisa percorrer 3 km até encontrar um trecho do Eixão ao nível do terreno.

O motor que deveria bombear a água queimou logo após ser ligado. Nem o eletricitista enviado pelo governo, nem as inúmeras visitas semanais que seu pai, líder comunitário, fez à sede do município de Russas, deram jeito na situação.

Glécia, o marido Josemberg, o irmão Wagner e o cunhado Gertúlio não sabem dizer quantas cabeças de gado perderam pela falta de água ou mesmo por caírem dentro do canal ao escorregarem no desfiladeiro, que não possui qualquer proteção. Outras tantas foram furtadas depois que o trânsito de pessoas aumentou na área com a abertura da estrada que margeia o canal. Por isso, ninguém cria mais gado solto ali.

As obras do Eixão trouxeram outros impactos graves à comunidade. As pedras e sedimentos gerados pela obra, assim como a engenharia utilizada para o desvio do curso da água, acabaram por aterrar parte de uma lagoa e de um açude da comunidade, hoje água salobra.

O cânion separou de um lado a vila de casas e do outro os lotes de terras dos moradores, o que transformaria um percurso original de poucos metros num jornada de 3 km cada trecho, não fosse a resistência. Foi preciso a comunidade se mobilizar e passar três dias inteiros deitada sobre dinamites até conseguir a garantia do governo de que seria construída uma ponte no local.

#### *Para a indústria, água subsidiada*

A lista de outorgas de uso de água para o CIPP já soma uma demanda de 3.860 l/s, incluindo empreendimentos que ainda serão instalados, como a Companhia Siderúrgica do Ceará. A CSP, um investimento da Vale em parceria com as multinacionais sul-coreanas Dongkuk e Posco, lidera a lista com uma demanda de 1,5 mil l/s, quando entrar em operação em 2017.

Mas, no momento, a Cogerh já fornece uma vazão de 55 l/s para a fase de terraplanagem. A demanda da CSP inclui o consumo de água a termelétrica que será construída para fornecer energia à siderúrgica.

As duas usinas termelétricas da MPX possuem duas outorgas no valor total de 800 l/s, volume que deverá ser usado na totalidade quando a segunda unidade entrar em operação, no segundo semestre.

Não é tão grande se comparado ao utilizado pela agricultura irrigada, que representa cerca de 60% da demanda do estado, mas está entre os maiores da indústria. Além disso, ao contrário do que ocorre em projetos semelhantes da MPX no Chile e no Maranhão, as térmicas do Pecém não dessalinizam a água do mar, que fica a poucos quilômetros da usina.

No vídeo institucional das térmicas do Pecém, a empresa chega a se gabar da “abundância” de água: “Além do carvão mineral, outra matéria é necessária para a geração de energia: a água. Nessa região, ela é encontrada em abundância devido à proximidade com o reservatório da Cogerh.”

O reservatório ao qual o vídeo se refere é o Açude Sítio Novos, com capacidade para 50 mil m<sup>3</sup>, ou seja, um açude de pequeno porte. Não por acaso, afora o Eixão das Águas, cinco outras cinco barragens de mesmo tamanho serão construídas para abastecer o pólo

industrial – como mostra o documento “Cenário Atual do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (versão preliminar)”, produzido pelo Pacto pelo Pecém, uma articulação de várias instituições em torno do projeto do CIPP, capitaneada pelo Conselho de Altos Estudos da Assembleia Legislativa do Ceará, fortemente engajada na concretização do CIPP.

Alguns deputados estaduais chegaram a formar uma caravana para percorrer o Estado com o objetivo de pressionar a Petrobrás para iniciar a construção da Refinaria Premium II – que compõe com a siderúrgica da Vale os empreendimentos-âncora do complexo –, e as matérias de interesse do CIPP são tratadas com deferência na assembléia.

Em junho de 2011, por exemplo, os deputados estaduais aprovaram um desconto de 50% no preço da água consumida pelas térmicas da MPX, o que foi contestado por parte da opinião pública cearense.

Os subsídios, uma tradição da política econômica do Nordeste desde pelo menos os primórdios da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) na década de 1960, são defendidos até hoje pelo secretário estadual de Recursos Hídricos, César Pinheiro: “Pra você trazer empresas pro Nordeste, você tem que fazer um incentivo.

Então pra térmica nós demos um desconto de 50%, mas nós fizemos uma coisa que não é discutida. A térmica fica parada durante um período do ano e nesse período ela paga água. Quer use ou não, nós estamos cobrando dela e é um valor significativo. Então não é 50%, porque quando ela não tá usando, nós estamos cobrando. Isso dá um balanço para que nós não tenhamos prejuízo”, diz Pinheiro.

A lei que instituiu o desconto estabelece que a empresa deve consumir no mínimo 7.200.000 m<sup>3</sup> por ano, o que representa aproximadamente 228 l/s. Se o número for confrontado com os 800 l/s previstos na outorga, portanto, em três meses e meio as térmicas atingem a cota mínima determinada.

A reportagem da Pública entrou em contato com a assessoria da MPX para uma entrevista sobre as tecnologias de reuso de água e redução da emissão de gases poluentes das duas térmicas do Pecém.

Mas foi informada de que a empresa não poderia se pronunciar por estar no “período de silêncio”, uma determinação da Comissão de Valores Mobiliários que tenta impedir que empresas envolvidas no momento em transações influencie o mercado.

### *Os vizinhos das termelétricas*

“É muito distinto você ter uma população que veio ter um contato com o automóvel em 1971, veio ter uma televisão colorida em 90, 94, pra de repente estar no ano 2000 e já ter filhos pilotando retroescavadeiras, trator de esteira, ganhando muito dinheiro”, diz Kleber Nogueira, 31 anos, professor da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé, um dos oito indígenas que conversou com a Pública na escola, localizada na



comunidade de Matões, hoje na área do CIPP (Complexo Industrial e Portuário de Pecém).

Ainda é difícil para eles engolir o projeto industrial que os expulsou de suas terras e os jogou na área de influência do complexo. Além da vizinhança com as termelétricas da MPX, os indígenas sofreram ainda mais com a transformação dos municípios litorâneos de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, que até pouco tempo viviam da pesca e da agricultura familiar

“Ninguém perguntou pra nós... É isso que me faz raiva, é isso que me faz ficar chateada, me deixa com vontade de gritar, estraçalhar mesmo... Não tem como a gente falar de impactos, nesse momento, pro choro não vir aqui, porque em menos de um mês a gente perdeu quatro pessoas na comunidade, por conta dessa porcaria dessa Estruturante (via rodoviária) que passou aí e que não é sinalizada.

Uma menina morreu num acidente de carro, antes de ontem uma criança de menos de anos também foi atropelada”, desabafa Andrea Coelho, moradora da Comunidade do Bolso, outro povoado Anacé.

Entre os impactos causados pela atividade econômica acelerada está a drenagem de pequenos riachos e nascentes da comunidade para a instalação das indústrias, e o aterramento da Lagoa do Murici – um dos vários mananciais de água da região, com um lençol freático bastante próximo à superfície, como aponta o estudo “O povo indígena Anacé e seu território tradicionalmente ocupado”, encomendado pelo Ministério Público Federal.

Produzido pelo professor Jeovah Meireles, do Departamento de Geografia da UFC, e outros dois analistas periciais em Antropologia, o parecer demonstrou que várias comunidades da área decretada como de interesse público foram ignoradas pelo Estudo de Impacto Ambiental do CIPP.

“Quem tá lá fora não sabe o que está acontecendo aqui na ponta do Eixão, não sabe que a água que sai de lá vem trazendo na tubulação essa enxurrada de coisas. Você pensa que mudou só uma forma de vida, uma coisa bem simples, mas não. O impacto é bem maior. Porque esse Eixão das Águas vem pra alimentar a sede de um complexo industrial”, diz Kléber.

Hoje, boa parte dos Anacé está de mudança para a nova área que conseguiram conquistar a leste do Complexo, para onde os ventos não podem levar a fumaça e a fuligem do carvão mineral das térmicas. Mas os índios que assinaram os primeiros acordos de desapropriação tiveram sorte pior: moram hoje debaixo do “sovaco da MPX”, como eles próprios dizem.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa